



O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado

Waldir Quadros

Desemprego. A baixa classe média é a mais vulnerável

Dari Krein

O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal

Dominique Méda

A crise deveria ser a oportunidade de repensar o lugar do trabalho na nossa sociedade

E mais:

>> Felipe Amaral:
Rio Grande do Sul: um
imenso canalial?

Reyes Mate:

A memória e a justiça
das vítimas

O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou recentemente o relatório “Global Employment Trends”, estimando que a recessão global pode gerar, em 2009, um contingente adicional de desempregados entre 18 milhões e 30 milhões de pessoas. No entanto, esse número pode chegar a 50 milhões, caso o quadro continue se deteriorando. No caso da América Latina e do Caribe, a estimativa é de que os desempregados poderão variar entre 2 milhões e 4 milhões de trabalhadores.

Depois de ter tratado, em várias edições anteriores, a crise sistêmica do capitalismo flexível, financeirizado e global, nesta edição a **IHU On-Line** busca descrever o seu impacto sobre o mundo do trabalho. **Giuseppe Cocco**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Waldir Quadros** e **Dari Krein**, da Unicamp, **Clemente Ganz Lúcio**, diretor-técnico do Dieese, **Cesar Sanson**, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, **Marcelo Ribeiro**, da USP, **Alain Lipietz**, deputado europeu, **Dominique Méda**, do Centro de Estudos do Emprego da França, e **Thomas Coutrot**, economista francês, contribuem na análise e reflexão do tema de capa desta semana.

Completam esta edição, duas entrevistas. Uma com o ecólogo gaúcho **Felipe Amaral**, sobre uma recente pesquisa que aponta o Rio Grande do Sul como o estado de maior vocação agrícola para o plantio de cana-de-açúcar. Outra com **Reyes Mate**, filósofo espanhol, sobre a memória e a justiça das vítimas.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 06 | Giuseppe Cocco: Uma crise sistêmica do capitalismo flexível, globalizado e financeirizado

PÁGINA 08 | Waldir Quadros: Desemprego. A baixa classe média é a mais vulnerável

PÁGINA 10 | Dari Krein: O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal

PÁGINA 14 | Marcelo Afonso Ribeiro: Você está demitido! Os impactos psicológicos do desemprego

PÁGINA 17 | Thomas Coutrot: Não se gera emprego sem distribuição equitativa da renda

PÁGINA 19 | Clemente Ganz Lúcio: Por um pacto mundial do emprego

PÁGINA 22 | Cesar Sanson: O centro da criação de valor é o trabalho imaterial

PÁGINA 26 | Dominique Méda: “A crise revela o que nosso desenvolvimento teve de absolutamente louco nestas últimas décadas”

PÁGINA 29 | Alain Lipietz: Uma política econômica “verde” cria empregos

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 33 | Reyes Mate: A memória como antídoto à repetição da barbárie

» Terra Habitável

PÁGINA 37 | Felipe Amaral: Rio Grande do Sul: um imenso canal?

» Destaques On-Line

PÁGINA 42 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

» Perfil Popular

PÁGINA 47 | Nestor Moraes

» IHU Repórter

PÁGINA 50 | Leandro Lautert dos Santos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Uma crise sistêmica do capitalismo flexível, globalizado e financeirizado

O capitalismo pode, claro, se regenerar. Mas, por enquanto, ninguém sabe como, escreve Giuseppe Cocco

“**A** contradição estrutural que está na base da crise é aquela, classicamente marxista, entre desenvolvimento das forças produtivas e relações (capitalistas) de produção”, escreve Giuseppe Cocco, em artigo que enviou para ser publicado na revista *IHU On-Line*. Ele ainda constata que “as forças produtivas hoje são aquelas de um trabalho mobilizado diretamente dentro da sociedade, sem passar pela relação salarial formal”. Também, segundo ele, “o trabalho que constitui as forças produtivas contemporâneas, por um lado, é de tipo cognitivo, afetivo, linguístico, terciário e, por outro, precário, não reconhecido, flexível, formal e informal ao mesmo tempo”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciências Políticas pela Università degli Studi di Padova e pela Université de Paris VIII. cursou mestrado e doutorado em História Social, pela Université de Paris I. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pesquisador é membro do corpo editorial da revista francesa *Multitudes*, das revistas *Lugar comum* e *Global Brasil*. Cocco é autor de diversos livros, entre os quais citamos *Trabalho e cidadania – Produção e direitos na era da globalização* (São Paulo: Editora Cortez, 2000) e *Biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Rio de Janeiro: Record, 2005), este último em parceria com Antonio Negri. Confira o artigo.



Vivemos uma crise sistêmica e ninguém sabe qual vai ser seu desfecho. Essa incerteza radical, transformada numa crise de confiança é o que define, paradoxalmente, a certeza quanto à dimensão única da crise.

Dizer que a crise é sistêmica significa dizer que ela é fato das contradições estruturais do capitalismo contemporâneo. Essas contradições não são, como superficialmente poderia parecer, o fato do descolamento da esfera financeira com relação à esfera real (produtiva) da economia, algo que se desdobraria na contradição entre um capitalismo bom (que seria o industrial) e um capitalismo ruim (que seria o financeiro). A contradição estrutural que está na base da crise é aquela, classicamente marxista, entre desenvolvimento das forças produtivas e relações (capitalistas) de produção. Se essa contradição - como dissemos - é clássica, sua mecânica é completamente nova: as forças produtivas hoje são aquelas de um trabalho mobilizado

“As forças produtivas hoje são aquelas de um trabalho mobilizado diretamente dentro da sociedade, sem passar pela relação salarial formal”

diretamente dentro da sociedade, sem passar pela relação salarial formal. Quer dizer, o trabalho que constitui as forças produtivas contemporâneas, por um lado, é de tipo cognitivo, afetivo, linguístico, terciário e, pelo outro, precário, não reconhecido, flexível, formal e informal ao mesmo tempo.

Diferentemente do que acontecia no regime industrial, que acabou implicando numa relação entre “inclusão” e “subordinação” do trabalho, o capi-

talismo flexível, globalizado e financeirizado “inclui” (os excluídos) sem eliminar (ou diminuir) a “exclusão”. A base do novo regime de acumulação é essa. Por um lado, as novas relações sociais de produção investem a nossa vida como um todo (e não apenas o tempo de trabalho); por outro, não se reconhece (nem protege) a dimensão produtiva de nossas vidas. Isso se traduz em uma série de contradições que já encontramos nas chamadas “bolhas” das Bolsas de Valores. Lembremos a bolha da New Economy: a hiper-valorização dos ativos empresariais ligados às novas tecnologias da informação e das redes desmoronou diante da incapacidade capitalista de eliminar e/ou marginalizar as formas de cooperação que caracterizam a rede: a gratuidade, o *copyleft*, a ética *hacker* do trabalho colaborativo em rede. A crise do subprime é de uma intensidade ainda maior porque ela não se limita a um segmento específico (como era a New Economy), mas é o fato do mecanismo geral de governança do capitalismo

global: a relação crédito/débito. Ao passo que a precarização do trabalho e a privatização dos serviços se afirmavam como principais tecnologias de comando, a expansão da base do crédito ia substituindo a dinâmica dos salários reais. A expansão do crédito se torna fundamental e obrigatória: porque ele substitui e/ou complementa salários cada vez mais precários, porque a privatização transforma os serviços de saúde, educação, moradia etc., em mercadorias às quais se terá acesso por meio do crédito (e da capitalização, como no caso das aposentadorias) e, enfim, porque – reciprocamente – a produtividade do trabalho (o desenvolvimento das forças produtivas) passa a depender ainda mais do que antes, do acesso a esse conjunto de serviços.

Capitalismo industrial e finanças se misturam e são indistinguíveis

A expansão das finanças, quer dizer, a expansão da base financeira, não é nem a causa dos problemas nem o resultado da cobiça dos financistas. Por um lado, queremos dizer que os financistas não são mais gananciosos do que os industriais e, pois, que não há um lucro que seria melhor do que o outro, pois sempre se trata da expropriação pelos poucos da riqueza produzida pelos muitos; a chegada da crise no Brasil mostra muito bem que capitalismo industrial e finanças se misturam e são indistinguíveis: são grupos industriais produtores de *commodities* que quase quebraram por causa de suas especulações financeiras (Votorantim, Sadia, Aracruz).

Por outro lado, a expansão financeira é mais um sintoma do que uma causa. Um sintoma que não deixa de ser violento, das novas formas de exploração. Vejam bem, dizer isso não significa reduzir o julgamento ético sobre a violência intolerável do mecanismo financeiro, pelo contrário, significa amplificá-lo, atribuindo-o ao capitalismo como um todo e não a sua forma degenerada. A crise do subprime é, por um lado, o desmoronamento da ilusão de resolver pelo crédito

securitizado a incapacidade dos salários dos pobres e dos imigrantes de pagar o acesso à moradia. Pelo outro, a transferência da precariedade das condições de trabalho no nível da precariedade da própria base financeira: os ativos se tornam tóxicos e somente os governos podem digeri-los.

O capitalismo pode, claro, se regenerar. Mas, por enquanto, ninguém sabe como. Essa incerteza não é apenas uma questão de prazos. Há alguns impasses que não tem solução. Vejamos os dilemas de Barack Obama diante da quebra (que era anterior) da indústria automobilística norte-americana. Salvá-la parece problemático em termos econômicos e sociais. Deixá-la falir também! Como é possível sair desse impasse? Só por meio de inovações radicais, das quais apenas os movimentos sociais são portadores. Lembremos, entre o G8 e o G20 há as manifestações de Seattle e Genova bem como os fóruns sociais mundiais de Porto Alegre. Os movimentos são fundamentais para sair democraticamente da crise porque só eles são capazes de constituir condições novas, isto é, de uma dinâmica constituinte. Nesse sentido, poderíamos dizer que uma das maiores ameaças – no Brasil – à saída da crise está na criminalização dos movimentos (do MST em particular) conduzida pelo Presidente do STF.

Não é um problema de justiça (ou seja, no fato de haver dois pesos no uso da Constituição: seu rigor é invocado para reprimir os sem-terra e suas garantias para proteger os Crimes do Colarinho branco), mas de constituição. A Constituição, a Lei da lei, só pode ser a partir de um processo constituinte, quer dizer, daquele momento onde a fonte (a legitimidade) e o direito (a lei) coincidem. No Brasil contemporâneo, não precisamos abrir muitos livros de constitucionalismo para lembrar as duas configurações (opostas) dessa situação: uma é aquela do AI-5, ou seja, do Estado de Exceção, onde o rigor da Lei aparece como intensidade da decisão, efetividade sem legitimidade, onde a Lei é, na re-

alidade, lei da Força (não é por acaso que os mesmos meios de informação que tanto sabatinam o presidente do STF sejam tentados de fazer uma revisão histórica da Ditadura militar, chamando-a de DitaBranda); a outra é aquela da Constituinte de 1988, da radicalização democrática que os movimentos produzem pela participação e a produção da sociedade.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Giuseppe Cocco. Acesse nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu)

Entrevistas:

- * *Política do comum. Uma alternativa à crise econômica mundial?*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU, em 26-01-2009;
- * “O ‘fazer multidão’ diz respeito à própria constituição da esfera pública”, publicada na revista *IHU On-Line* número 266, de 28-07-2008, intitulada *Movimentos sociais. Criminalização é um atentado à democracia*.
- * “Já saímos da sociedade salarial”, publicada na revista *IHU On-Line* número 216, de 23-04-2007, cujo tema de capa foi *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*.

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> Sobre a crise financeira internacional leia as seguintes edições da revista *IHU On-Line*:

- * *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, número 276, de 06-10-2008.
- * *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, número 278, de 21-10-2008.
- * *Alternativas energéticas em tempos de crise financeira e ambiental*, número 285, de 08-12-2008.
- * *A crise capitalista e a esquerda*, número 287, de 30-03-2009.

>> E, sobre o mundo do trabalho, leia as seguintes edições da revista *IHU On-Line*:

- * *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, número 256, de 28-04-2008.
- * *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*, número 216, de 23-04-2007.
- * *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!*, número 188, de 10-07-2006.
- * *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*, número 177, de 24-04-2006.
- * *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*, número 161, de 24-10-2005.
- * *A crise da sociedade do trabalho*, número 98, de 26-04-2004.
- * *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho*, número 66, de 30-06-2003.
- * *1º de maio: trabalho e memória*, número 57, de 28-04-2003.

Desemprego. A baixa classe média é a mais vulnerável

Na opinião de Waldir Quadros, a melhor forma de proteger o mercado de trabalho e as oportunidades, tanto formais como informais, é a manutenção de um patamar mínimo de atividade econômica

POR GRAZIELA WOLFART | FOTO DIVULGAÇÃO

Mesmo com escassas informações até o momento, o economista e professor da Unicamp Waldir Quadros adianta que podemos esperar que “o desemprego se concentre nas regiões, ocupações e camadas sociais que mais se beneficiaram da expansão do emprego no ciclo de crescimento” brasileiro. Esse fator aponta para “a maior vulnerabilidade social da baixa classe média e da massa trabalhadora das regiões metropolitanas, já comprometidas pela concentração do desemprego”. Além disso, completa o professor, o maior impacto do desemprego será entre os jovens com segundo grau de escolaridade. Autor de um recente estudo sobre o tema do desemprego no Brasil, Waldir Quadros concedeu a entrevista que segue, por e-mail, para a **IHU On-Line**, na qual ainda afirma que a nova postura governamental brasileira “deve ter sido positivamente influenciada pelos contatos do presidente com os dirigentes das principais economias mundiais, podendo constatar, pessoalmente, que os dogmas do neoliberalismo se tornaram obsoletos e foram descartados diante dos primeiros impactos da crise, legitimando uma abordagem mais ousada”.

Waldir José de Quadros possui graduação em Economia, pela Universidade de São Paulo (USP), e mestrado e doutorado em Ciência Econômica, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde, atualmente, é professor associado do Instituto de Economia. Confira a entrevista.



IHU On-Line - Recentemente, na revista IHU On-Line número 270, de 25-08-2008, discutimos o aumento da classe média brasileira. Como isso influenciou o quadro de empregos no país?

Waldir Quadros - O aumento da classe média no período recente concentrou-se, fundamentalmente, na expansão da “baixa classe média” (ou “classe C”) e foi resultado direto do ciclo de crescimento mais robusto da economia no período 2004-2008. Para termos uma ideia da condição social desta camada, basta dizer que seu padrão de vida é aquele dos professores do ensino fundamental, dos balconistas do comércio, dos auxiliares de escritório etc. Ou seja, são apenas remediados por escaparem da situação de massa trabalhadora pobre. Em relação ao desemprego, em estudo que terminei de divulgar (www.eco.unicamp.br – Texto para discussão TD – 156), constatei, com alguma surpresa, que este ciclo expansivo não foi capaz de reduzir significativamente o estoque de desempregados. Ou seja, o crescimento do emprego foi da mesma

magnitude que o aumento da população economicamente ativa. E mais: verificamos que a ascensão social em direção à condição de baixa classe média e massa trabalhadora foi acompanhada de igual deslocamento do desemprego, resultando em 2007 (ano da última PNAD disponível) numa concentração de 67% da massa de desempregados nas famílias destas duas camadas sociais. E isto durante a fase de crescimento que já se encerrou! Assim sendo, este é o preocupante ponto de partida para acompanharmos o agravamento do desemprego provocado pela crise atual.

IHU On-Line - Qual a classe social mais atingida pelo desemprego atualmente, a partir da crise financeira internacional?

Waldir Quadros - Os dados mais atualizados não são suficientes para captarmos integralmente o comportamento do mercado de trabalho. O Caged (Cadastro Geral do Emprego e Desemprego), do Ministério do Trabalho, é mensal, mas engloba apenas o

emprego formal. E a PME (Pesquisa Mensal do Emprego e Desemprego), do IBGE, que inclui o trabalho informal, abrange apenas seis regiões administrativas. Assim sendo, infelizmente teremos de aguardar a PNAD de 2009, que será realizada na última semana de setembro e divulgada apenas em outubro de 2010, para analisarmos o quadro geral. De qualquer forma, é de se esperar que o desemprego se concentre nas regiões, ocupações e camadas sociais que mais se beneficiaram da expansão do emprego no ciclo de crescimento. O que aponta para a maior vulnerabilidade social da baixa classe média e da massa trabalhadora das regiões metropolitanas, já comprometidas pela concentração do desemprego anteriormente mencionada. E os últimos dados da PME indicam este comportamento, com maior impacto do desemprego entre os jovens com segundo grau de escolaridade.

IHU On-Line - Quais as consequências sociais e econômicas do aumento do

desemprego nas camadas C e D da sociedade? Como a população vai reagir diante de um possível retrocesso social novamente?

Waldir Quadros - De fato, este cenário de provável retrocesso entre as famílias que mais se beneficiaram recentemente é bastante preocupante, pois certamente provocará descontentamento com inevitáveis repercussões políticas. Agora, o encaminhamento destas inquietações sociais ainda está indefinido e vai depender, em grande medida, da efetividade das medidas governamentais anticíclicas e de proteção social aos atingidos pela crise.

IHU On-Line - Não é o momento de se pensar em formas alternativas de trabalho, que não contemplem apenas o emprego formal? Que políticas públicas e medidas governamentais podem ser pensadas nesse sentido?

Waldir Quadros - A melhor forma de proteger o mercado de trabalho e as oportunidades, tanto formais como informais, é a manutenção de um patamar mínimo de atividade econômica. É certo que medidas complementares e emergenciais, do tipo de frentes de trabalho, mantidas com recursos públicos, também contribuiriam para amenizar o problema.

IHU On-Line - De forma geral, como o senhor avalia que o governo Lula tem conduzido a política de empregos a partir do cenário de crise financeira internacional?

Waldir Quadros - Num primeiro momento, a crise parece ter surpreendido o governo, e o diagnóstico inicial subestimou sua gravidade e os possíveis impactos sobre a economia e sociedade brasileiras. Com a divulgação dos resultados do último trimestre de 2008 e as repercussões iniciais na avaliação da opinião pública, parece que o governo acordou e começou a enfrentar a situação com mais determinação. É muito positivo o programa de construção de moradias populares, bem como a ação dos bancos públicos na expansão do crédito, por exemplo. Nestas últimas semanas, esta nova abordagem do problema avançou bastante, ao se afastar o dogma da manutenção a qualquer custo do superávit fiscal para pagar

juros. Isso possibilita libertar a criatividade das autoridades competentes e técnicos governamentais. Obviamente, ainda falta a redução mais significativa da taxa básica de juros pelo Banco Central, que irá liberar mais recursos para a ação anticíclica do governo. A nova postura governamental deve ter sido positivamente influenciada pelos contatos do presidente com os dirigentes das principais economias mundiais, podendo constatar, pessoalmente, que os dogmas do neoliberalismo se tornaram obsoletos e foram descartados diante dos primeiros impactos da crise, legitimando uma abordagem mais ousada.

“Tanto por razões ambientais como sociais, a crise da ‘bolha financeira’ abre a possibilidade histórica para a redefinição das bases do padrão capitalista de desenvolvimento”

IHU On-Line - Qual a importância do seguro-desemprego neste momento de crise? A seguridade social ainda é válida considerando a imensidão de trabalhadores não contemplados pelo sistema formal de empregos?

Waldir Quadros - O seguro-desemprego é um importante mecanismo de proteção social e diante do agravamento da situação deveria ter ampliado seu âmbito de atuação, aumentando o número de parcelas e o valor da cobertura. Algumas iniciativas foram tomadas neste sentido pelo Ministério do Trabalho, mas ainda um tanto timidamente. Uma ação mais efetiva, sem dúvida, irá requerer injeção de recursos do Tesouro, evitando descapitalizar o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT –, o que recoloca a questão do superávit fiscal. É verdade que uma par-

cela importante dos trabalhadores não está contemplada no formato vigente do seguro desemprego, sendo necessárias medidas complementares. Entretanto, se os recursos para seu financiamento forem disponibilizados, com certeza as autoridades e técnicos governamentais, bem como o próprio movimento sindical, serão capazes de oferecer propostas para enfrentar o problema.

IHU On-Line - Como entender que são os trabalhadores qualificados que estão perdendo mais empregos?

Waldir Quadros - Como dito anteriormente, as ocupações que mais cresceram durante o ciclo expansivo são aquelas que deverão ser mais afetadas pela crise. E os dados da PME apontam para o maior agravamento do desemprego entre os trabalhadores com segundo grau de escolaridade.

IHU On-Line - Se o país não conseguiu reduzir o índice de desemprego em um período de crescimento econômico, quais as alternativas para que mais pessoas possam ter trabalho, considerando que hoje vivemos um momento de crise internacional?

Waldir Quadros - Este cenário é que torna extremamente preocupante a situação atual, reforçando a urgência de arrojadas medidas governamentais anticíclicas e de proteção social, igualmente justificando a adoção de uma postura ousada nas ações emergenciais.

IHU On-Line - Passado o maior turbilhão da crise internacional, como o senhor imagina que estará constituído o cenário do emprego/trabalho no mundo? Que tipo de profissional e de estrutura será mais comum? O que pode vir a desaparecer?

Waldir Quadros - Neste momento dos acontecimentos é verdadeiramente impossível traçar qualquer cenário futuro com um mínimo de segurança. Sem dúvida, a profundidade desta crise deverá alterar substancialmente o funcionamento do capitalismo. Ou seja, tal como outras crises da mesma natureza, a atual irá periodizar o desenvolvimento capitalista, provocando uma ruptura na sua estruturação e dinâmica. Uma das dimensões desta crise, com implicação direta sobre

o mercado de trabalho e a estrutura ocupacional, diz respeito ao fato de que ela torna evidente a profunda inadequação do padrão americano de produção e consumo. De fato, é simplesmente impensável a reprodução e generalização deste padrão na China e Índia, por exemplo. O planeta Terra não suportaria. Por outro lado, avança em amplas parcelas da humanidade o questionamento sobre a insanidade do consumo compulsivo levado às últimas consequências. Assim, tanto por razões ambientais como sociais, a crise da “bolha financeira” abre a possibilidade histórica para a redefinição das bases do padrão capitalista de desenvolvimento. É claro que a orientação que irá presidir esta redefinição depende do grau de envolvimento político das forças sociais. De qualquer forma, está presente a possibilidade de um encaminhamento progressista que imponha a sustentabilidade ambiental e social, implementando um *welfare state* de novo tipo, que harmonize o desenvolvimento econômico com o respeito ao meio ambiente e a redução das desigualdades sociais, ou seja, buscando a melhoria da qualidade de vida num sentido amplo. Nestas condições mais favoráveis, as ocupações criadas pelo novo estilo de crescimento, notadamente nas áreas sociais, poderiam compensar, ao menos em parte, a redução do emprego provocado pelo avanço do progresso técnico e da produtividade. O que poderia ser complementado pela redução das jornadas e pela redistribuição do trabalho na sociedade. Mas aqui já ingressamos no terreno das utopias “realistas”, ou seja, factíveis. E elas são necessárias, não só para dar sentido às nossas vidas, mas também por servirem como critério para acompanharmos o desenrolar dos acontecimentos.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Waldir Quadros. Acesse nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu)

Entrevistas:

* *As classes médias brasileiras*, publicada nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 12-09-2007;

* *A classe média aponta para o forte predomínio do individualismo e do consumismo*, publicada na revista IHU On-Line número 270, de 25-08-2008, cujo tema de capa foi *Uma nova classe média brasileira?*

O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal

Dari Krein acentua que crise atual pode significar a superação de modelo neoliberal, e que mudanças no mundo do trabalho são-lhe anteriores. Desemprego, menor proteção social e aumento de insegurança e precariedade serão exacerbados a partir deste cenário

POR GRAZIELA WOLFART, MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

Para o professor Dari Krein, a crise atual pode significar a superação “de um padrão de funcionamento da economia mundial e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento e globalização neoliberal”. Contudo, destaca, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o mundo do trabalho vive profundas mudanças, originadas antes desta crise, que tem “relação com o próprio desenvolvimento do capitalismo e com suas transformações ocorridas no período recente”. Ele alerta para o fato de que “a crise tende a revelar no curto prazo os aspectos mais nefastos do padrão de trabalho presente no capitalismo contemporâneo: desemprego, menor proteção social e aumento da insegurança e da precariedade”. Outro aspecto negativo é que o desemprego funciona como mecanismo de pressão sobre quem continua empregado, aumentando o ritmo de trabalho e aumentando as doenças ocupacionais como estresse, angústia e depressão. Em seu ponto de vista, mesmo com o intenso debate que presenciamos, “não há forças sociais e projetos de esquerda que sejam capazes de aglutinar forças sociais para apresentar uma alternativa, tanto no âmbito do capitalismo como de sua substituição”.

Krein é doutor em Economia Social e Trabalho. Foi um dos fundadores do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Cepat), de Curitiba. Foi ex-coordenador nacional da Comissão Pastoral Operária (CPO) e ex-assessor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT. Atualmente, é docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Krein é organizador, entre outros, dos livros *Salário mínimo e desenvolvimento* (São Paulo: Unicamp, 2005) e *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores* (São Paulo: LTR, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em quais aspectos a crise financeira mundial pode mudar o mundo do trabalho?

Dari Krein - É importante ressaltar que o mundo do trabalho está passando por profundas mudanças, anteriores à atual crise, que tem relação com o próprio desenvolvimento do ca-

pitalismo e com suas transformações ocorridas no período recente, como explicarei adiante. Por exemplo, o padrão de trabalho prevalecente no período do neoliberalismo e de crise do fordismo tem como uma de suas características estruturais o aumento da insegurança e da precarização.

Essa tendência foi relativamente atenuada no período pré-crise atual (2003-2007) com uma redução do desemprego e o avanço do assalariamento em boa parte dos países, provocado por um momento de maior bonança econômica internacional. Apesar disso, a lógica foi o avanço da “mercadorização” do trabalho, submetendo-o aos desígnios do mercado. Assim como continuou havendo a ampliação da redundância do trabalho na produção de bens e o avanço da flexibilização do trabalho, que é sinônimo de precarização. No período recente, diferentemente do pós-guerra nos países centrais, não houve uma partilha dos ganhos de produtividade com a redistribuição do tempo de trabalho e a ampliação da proteção social.

Assim, a crise tende a revelar, no curto prazo, os aspectos mais nefastos do padrão de trabalho presente no capitalismo contemporâneo: desemprego, menor proteção social e aumento da insegurança e da precariedade. Como os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram (crescimento em 50 milhões dos desempregados em 2009), os efeitos negativos recaem sobre os que vivem da venda da força de trabalho e podem, inclusive, ampliar uma concorrência predatória entre os trabalhadores/as, tais como mostram algumas manifestações de xenofobia. Assim como a crise pode acentuar ainda mais a fragilização do movimento sindical na regulação do trabalho.

Neoliberalismo e crise

A crise tem relação com o modelo político econômico prevalecente nos últimos 30 anos, sob o neoliberalismo. Não que ele esteja superado, mas as suas proposições políticas (e econômicas) comecem a ser questionadas. Ele apresenta muita força e as iniciativas tomadas por muitos governos vão no sentido de simplesmente restaurar a ordem vigente. Ao mesmo tempo, a crise questiona as instituições e as políticas vigentes, tais como a ideia de sociedade construída sob um mercado auto-regulável. Portanto, a crise abre a possibilidade de discussão de alternativas de ordem social e econômica da sociedade, de redefinição

do Estado e, inclusive, de organização do trabalho e da forma como as pessoas conseguem garantir a sua sobrevivência. Portanto, uma das críticas e reflexões a ser desenvolvida no momento é sobre a própria lógica de estruturação da produção de bens, portanto do trabalho e do nível e tipo de consumo prevalecente. Para exemplificar, nos últimos trinta anos, ocorreram enormes ganhos de produtividade e a jornada de trabalho não foi reduzida. Em muitos casos houve, inclusive, um crescimento tanto na intensidade como no seu prolongamento. O problema, por enquanto, é pensar

“Uma das críticas e reflexões a ser desenvolvida no momento é sobre a própria lógica de estruturação da produção de bens, portanto do trabalho e do nível e tipo de consumo prevalecente”

quais forças sociais serão capazes de impulsionar o debate sobre as alternativas. É uma questão em aberto.

IHU On-Line - Em termos de Brasil, quais são as principais mudanças ocorridas?

Dari Krein - No período anterior à crise, particularmente entre 2004 e setembro de 2008, houve uma melhora em alguns indicadores do mercado de trabalho, especialmente com o forte crescimento do emprego formal, (em torno de 6% ao ano) e a elevação do rendimento dos que estão na base da estrutura ocupacional, devido à política de valorização do salário mínimo, em um contexto de

crescimento da economia, que no período teve uma variação positiva de 4,5% ao ano. Inclusive, os dados mostram que houve, em menor proporção, o crescimento do emprego nas grandes empresas, o que não ocorria desde 1989. Apesar da melhora, as características estruturais do mercado de trabalho não foram alteradas significativamente. Ou seja, continuamos convivendo com um excedente estrutural de força de trabalho, expressa no desemprego e na informalidade, uma forte heterogeneidade na estrutura ocupacional, com uma taxa de rotatividade altíssima (mais de 40% ao ano), com a prevalência de baixos salários e com uma desigual distribuição de renda do trabalho. Também é necessário destacar que a flexibilização na relação de emprego continuou avançando em muitos aspectos, tais como a diversificação nas formas de contratação, no avanço da remuneração variável e na intensificação do ritmo de trabalho e na sobreposição do tempo econômico sobre o tempo da vida.

Apesar dos dados ainda serem incipientes, eles mostram que há um crescimento do desemprego, com demissões concentrando primeiramente nas grandes empresas e em setores mais estruturados da economia. E também há um processo de substituição de trabalhadores com maiores salários por outros com menor rendimento. As empresas também estão aproveitando a crise para fazer reestruturações e racionalizações que estavam adiando em função de uma situação anterior. Em alguns setores, o processo de reestruturação já vinha ocorrendo. Assim, a crise constituiu-se em uma justificativa. Além disso, deve crescer a utilização de mecanismos flexíveis de contratação, uso e remuneração do trabalho, portanto com efeitos perversos sobre a qualidade dos postos de trabalho existentes. Os dados iniciais da crise mostram que as ocupações geradas são predominantemente de baixos salários.

Flexibilização de direitos

Outra mudança importante tem relação com os efeitos sobre a contratação coletiva e os sindicatos. O emprego será o principal ponto da pauta

negocial. É um tema que no contexto de crise tende a deixar o movimento dos trabalhadores na defensiva. Tanto a estratégia de resistência como a de negociar visa evitar maiores perdas. Muitas negociações, na pretensão intenção de manter emprego, estão contribuindo para flexibilizar ainda mais os direitos dos trabalhadores. Portanto, as alternativas são para evitar perder e, neste âmbito, não é possível enfrentar os problemas do mercado de trabalho, pois estes são determinados pela política econômica e pelo padrão de acumulação do capitalismo vigente. É importante ressaltar que é muito importante a ação no âmbito da categoria, próprio da natureza da instituição sindical. Os estudos mostram que faz muita diferença, neste momento, haver sindicato organizado e com poder de barganha. Mas a crise pode evidenciar a importância da central sindical em uma ação mais coordenada para influenciar no debate público e fazer com que os interesses da classe trabalhadora sejam considerados nas alternativas que estão sendo engendradas no enfrentamento da crise.

Por último, um elemento que está em evidência é o papel das próprias instituições públicas, que também, em alguns setores, desencadearam ações de resistência ao processo de despedida em massa e sem justificativa, tal como ocorreu no caso da Embraer. Esse posicionamento é uma novidade, que, apesar de não ser predominante, está buscando construir-se uma interpretação que dê base para inibir a dispensa sem justa causa e o despotismo na relação de emprego, em um momento em que se aprofunda a relação desigual entre capital e trabalho.

IHU On-Line - Que outras mudanças acredita que acontecerão para os trabalhadores em nosso país?

Dari Krein - Os dados iniciais mostram que o desemprego atinge de forma mais aguda os jovens e depois as mulheres. Ou seja, a taxa de desemprego é mais alta entre os jovens em relação às demais faixas etárias. Assim como o desemprego é mais expressivo entre as mulheres do que entre os homens. Por exemplo, entre outubro e janeiro

de 2009, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o crescimento dos desligamentos entre as mulheres foi de 24%, e entre os homens de 22%. Considerando que 30% das casas no Brasil são chefiadas por mulheres, estes dados aprofundam a crise social, especialmente se não forem criadas políticas públicas. Nos períodos de crise, a tendência é reduzir gastos, transferir serviços públicos para o ambiente de casa, o que contribui ainda mais para piorar a situação das mulheres. Outro efeito associado à crise e que atinge diretamente as mulheres é o crescimento da violência doméstica. Entre os jovens, reduz-se as perspectivas de uma melhor inserção no mercado de trabalho, potencializando a busca por

“Os dados iniciais mostram que o desemprego atinge de forma mais aguda os jovens e depois as mulheres”

outras formas de inserção mais precárias e aumento de vulnerabilidade.

IHU On-Line - Haverá uma flexibilização nas relações de trabalho a partir deste cenário?

Dari Krein - Apesar dos avanços de alguns indicadores do mercado de trabalho no período pré-crise, o processo de flexibilização não sofreu alteração substantiva. Pelo contrário, em aspectos importantes, ela continua avançando, especialmente em relação à submissão do tempo da reprodução social ao tempo econômico, ao avanço da remuneração variável e à diversificação das formas de contratação.

A crise evidencia como já é flexível o nosso sistema de relação de trabalho. Os empresários têm à sua disposição seis alternativas para ajustar a

quantidade de trabalho às suas necessidades (flexibilizar = precarizar): 1) a “simples” despedida em precisar justificção; 2) redução da jornada e do salário em até 25%; 3) férias coletivas; 4) bancos de horas; 5) suspensão do contrato por um período de até 5 meses; 6) utilização de horas extras. Todas essas possibilidades estão sendo utilizadas, como mostra uma consulta realizada pela CNI com empresários industriais brasileiros. Pois, além dessas seis alternativas, ainda existe outra, que é contratação sem carteira, que deve crescer.

Mecanismo de pressão

O desemprego também é utilizado como mecanismo de pressão sobre os trabalhadores que permanecem no local de trabalho, o que pode contribuir ainda mais para intensificação do ritmo de trabalho, com conseqüente avanço nas doenças ocupacionais do século XXI, tais como o estresse, a angústia, a depressão.

Por último, a crise deve evidenciar o caráter mais nefasto do avanço da remuneração variável, que ganhou importância no período recente, com o programa de participação nos lucros e resultados. A PLR, na grande maioria das negociações, apresenta três problemas, que podem evidenciar-se com maior profundidade no contexto atual: 1) Em boa parte das categorias, ela substitui a discussão sobre a incorporação de parte dos ganhos de produtividade nos salários e, em algumas vezes, o seu valor compensa a não reposição integral da inflação passada. Agora na crise, ou o valor da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) cairá substantivamente ou poderá compensar reajustes inferiores da queda do poder de compra dos salários. Assim, os ganhos de produtividade não incorporados nos salários ficam para trás. 2) Ela tende a ser negociada de forma descentralizada na maioria dos casos, o que enfraqueceu a ação coletiva de toda a categoria em detrimento de uma ação por empresa, contribuindo assim para fragilizar a solidariedade de classe. Por exemplo, os terceirizados não são contemplados, apesar de serem fun-

damentais para a viabilização dos resultados; 3) Como não é considerado salário, mas bônus, sobre o seu valor não incidem nem os direitos e nem as contribuições sociais, fragilizando fontes de financiamento de políticas públicas e a participação dos salários na renda.

IHU On-Line - E, quanto à informalidade do trabalho, como esta pode ser afetada pela conjuntura econômico-financeira que vivenciamos?

Dari Krein - A informalidade é um conceito muito controverso, que nem sempre explica por si o que está ocorrendo no mercado de trabalho. Nos últimos tempos, houve o avanço de processo de informalização, inclusive articuladas com redes produtivas extremas sofisticadas e modernas. Assim, houve a combinação de uma informalidade histórica, localizada em setores de baixa produtividade, com um novo processo de informatização, advindo das mudanças na organização da produção, expressa em uma ordem econômica desregulamentada e internacionalizada.

No Brasil, a discussão da informalidade tende a ficar restrita ao debate sobre a cobertura da proteção social (carteira assinada e autônomos com previdência social), que a confunde com a ilegalidade. Neste aspecto, pode-se observar que a tendência é que haja uma reversão do processo anterior de avanço do trabalho com registro em carteira, como os dados iniciais já indicam.

IHU On-Line - Especialistas afirmam que a crise não representa o fim do capitalismo. Nesse sentido, os trabalhadores tendem a se tornarem mais reféns do capital?

Dari Krein - A relação de dependência dos trabalhadores em relação ao capital já é histórica e aprofundou-se recentemente, com a produção de um quadro desfavorável ao trabalho, expresso no aumento da precariedade e da flexibilidade. A flexibilização e a desregulamentação tendem a fortalecer a lógica de mercado auto-regulação, que significa ampliar o grau de “mercadorização” da força de trabalho. Assim, o avanço da regulação pri-

vada, em detrimento da pública, torna os trabalhadores ainda mais reféns do capital. Ou seja, o processo recente, em contraposição a uma regulação mais pública do trabalho construída no pós-guerra na Europa, fez com que o pêndulo da força do Estado pendesse para o lado do capital, que readquiriu maior poder na determinação das condições de uso, remuneração e contratação do trabalho.

Não é possível afirmar que haja evidências que sinalizam para o fim do capitalismo, pois não podemos ignorar que o capitalismo mostrou no decorrer da história uma capacidade de transformar-se e adaptar inclusive a uma situação de maior regulação e construção de um sistema de proteção social. Assim como, apesar do intenso debate, não há forças sociais e projetos de esquerda que sejam capazes de aglutinar forças sociais para apresentar uma alternativa ao capitalismo.

O enfrentamento da crise abre a possibilidade de defesa de políticas que até pouco tempo não eram nem ouvidas. Por exemplo, a primeira questão no momento, como uma pessoa que está se afogando, é buscar sobreviver, que significa restabelecer as bases para evitar a queda mais acentuada do nível de emprego, de recuperar o crescimento econômico. Em segundo lugar, combinar a crescente participação do Estado para investir em atividades que possam atender as necessidades básicas da população, que estructure políticas públicas, que permite deixar um legado para o conjunto da sociedade do ponto de vista coletivo e que esteja articulado com a sustentabilidade da natureza. Ou seja, que fundamentalmente procure preservar a vida humana e proposições alternativas à sociedade do consumo individual. Um exemplo clássico é: será que é interessante continuar apostando que cada indivíduo tenha o seu carro particular, ou não seria melhor para o conjunto da sociedade investir na melhoria do transporte público? São questões que estão em disputa sobre o próprio papel do Estado e a direção de sua intervenção.

Portanto, a crise atual pode significar uma superação do fim de um padrão de funcionamento da economia

mundial e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento e globalização neoliberal. É necessário construir alternativas concretas frente a este modelo baseado na especulação financeira e na destruição de empregos e renda. É uma oportunidade para a construção de saídas. Vivemos um momento em que há espaços para novas propostas, para projetos de sociedade que considerem a questão ambiental, de fontes renováveis de energia e de valorização da vida humana – uma sociedade construída em torno de valores solidários e de igualdade social.

IHU On-Line - Quais os rumos do trabalho na pós-modernidade? Num sentido macro, como a crise internacional nos faz refletir sobre novas possibilidades para este campo?

Dari Krein - Analisando a evolução das ocupações criadas, observa-se que há uma tendência geral, que é o aumento dos serviços e a redução dos trabalhadores na produção de bens (agricultura e indústria). Nesses últimos setores, fica claro como o trabalho vai ficando redundante, pois se amplia a capacidade produtiva de bens com um número menor de trabalhadores. Do ponto de vista objetivo, abriria espaço para uma redistribuição do tempo livre, mas isso não está ocorrendo. Verifica-se o avanço do assalariamento nas atividades de serviços, inclusive pessoais e sociais, pois há também um processo que vai mercantilizando todas as esferas da vida e de criação de novas necessidades, que vão empregando muita gente. O emprego no setor de serviços tende a produzir uma maior polarização social, em dois sentidos. Por um lado, no modelo atual, há a criação, de forma minoritária, de ocupações que exigem maiores qualificações e competências e um massivo incremento nos empregos taylorizados e pouco qualificados (“macdonaldizados”). O que significa um aumento na desigualdade de renda. Por outro lado, a própria diferenciação de renda permite a contratação de serviços e o estabelecimento de uma diferenciação na ocupação dos postos de trabalho existentes na sociedade. A redistribuição do tempo de trabalho pode significar inclusive

o reaprendizado para exercer certas funções que são repassadas a outrem. É, portanto, uma questão estrutural do capitalismo.

IHU On-Line - Considerando os inúmeros impactos gerados pela crise no mundo do trabalho, em especial no que diz respeito às demissões, como deve ocorrer a distribuição de renda nessas economias? A desigualdade tende a aumentar ou os países emergentes podem representar uma alternativa para a crise?

Dari Krein - A crise é um momento que sempre implica em perdas, com a corda arrebentando nos setores mais fragilizados: ou sobrevivem da venda de sua força de trabalho ou estão na informalidade. Existe uma situação diferenciada dos países emergentes em relação aos países ricos, pois há espaço, teoricamente, para o investimento nas necessidades sociais, que superam as carências básicas existentes. Mas a alternativa é política, depende da situação concreta existente nos países. Por exemplo, a existência de políticas sociais, como a previdência vinculada ao salário mínimo (que está se valorizando em termos reais), ajuda a constituir um colchão amortecedor dos efeitos da crise e também contribuiu para o incremento da demanda. Portanto, a retomada do crescimento econômico pode estar voltada nos países em desenvolvimento para atendimento das necessidades coletivas e a construção de uma infraestrutura social.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Dari Krein. Acesse nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu)

Entrevistas:

* *Não basta reduzir a jornada de trabalho. É necessário fiscalizar.* Edição número 256, de 28-04-2008, intitulada *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios;*

* *A contribuição sindical é uma proposta positiva e necessária.* Notícias do Dia do sítio do IHU em 10-09-2008;

* *Tendências recentes das relações de emprego no Brasil.* Notícias do Dia do sítio do IHU em 09-04-2007;

* *Um pacote pontual. Uma análise da reforma trabalhista de Lula.* Notícias do Dia do sítio do IHU em 20-04-2006.

Você está demitido! Os impactos psicológicos do desemprego

Marcelo Afonso Ribeiro explora o tema do impacto psicológico do desemprego na vida das pessoas e garante que uma parte considerável dos trabalhadores hoje vive sob constrangimento

POR GRAZIELA WOLFART E CESAR SANSON

O professor Marcelo Afonso Ribeiro é especialista no tema do impacto do desemprego na vida das pessoas. Professor doutor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo, ele é também coordenador do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT/USP). Na entrevista que concedeu por e-mail para a IHU On-Line, ele aponta, como os principais impactos do desemprego, o isolamento social, a culpabilização individual por sua situação, as perdas identitárias e a falta de reconhecimento social. Isso tudo pode, inclusive, explica, “gerar um estigma de desempregado como um papel social associado a ser ‘vagabundo’ ou ‘não gostar de trabalhar’”. Marcelo acrescenta que “a atual estrutura do mercado de trabalho deixa todas as pessoas em estado de tensão e sob a ameaça de perder seu emprego ou seu trabalho, o que influencia no cotidiano de trabalho, gerando, por exemplo, uma maior submissão dos trabalhadores em muitas situações ou abusos por parte das chefias, com exigências exageradas de dedicação e mesmo situações constantes de humilhação, que podem configurar assédio moral”.

Marcelo Afonso Ribeiro possui graduação em Psicologia, mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e doutorado em Psicologia Social e do Trabalho, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da universidade. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A crise econômica mundial tem sido responsável pela demissão de milhares de trabalhadores. Qual é o impacto da demissão na vida de um trabalhador?

Marcelo Afonso Ribeiro - A demissão é, em geral, uma transição não esperada na carreira e, como todo imprevisto, gera um ciclo de reações. Quando a pessoa se recoloca no mercado de trabalho num curto período de tempo, os efeitos danosos da demissão tendem a não se instalarem na pessoa que vivenciou tal experiência, apesar de que, a partir de então, há a possibilidade de uma nova demissão se tornar mais real, o que pode levar a: uma

reflexão e replanejamento do projeto de vida, uma paralisia seguida de uma negação do ocorrido, ou uma vivência constante de um fantasma de descartabilidade (a crença que poderá ser demitido novamente a qualquer momento, mesmo que nada indique isso). Entretanto, se a situação de desemprego se prolonga significativamente, no chamado DLD (Desemprego de Longa Duração), poderá se iniciar um ciclo de reações com quatro momentos e duas possibilidades existenciais. Os dois primeiros momentos são semelhantes, a saber: (1) Choque (negação do ocorrido e culpabilização do outro seguido de um sentimento de

traição); e (2) Transição e confusão (autoacusação com raiva de si e do contexto de trabalho no qual estava inserido, vergonha, incerteza sobre o futuro e busca incessante de um novo trabalho sem critérios definidos).

Na primeira possibilidade, pode se instalar a chamada Síndrome do Desemprego de Longa Duração, conforme descrito por Marie Jahoda¹ e Edith Seligmann-Silva,² gerando dois momentos finais: (3) Adaptação patológica (afastamento social e apatia); e (4) Resignação fatalista (abandono da busca de trabalho e da esperança de trabalhar). Na segunda possibilidade, conforme descrito por Nancy Schlössberg,³ a pessoa faz: (3) Autoavaliação de sua carreira; e (4) Elabora estratégias para voltar a trabalhar e se manter trabalhando. De forma resumida, os principais impactos do desemprego seriam: isolamento social, culpabilização individual por sua situação, perdas identitárias e falta de reconhecimento social, podendo, inclusive, gerar um estigma de desempregado como um papel social associado a ser “vagabundo” ou “não gostar de trabalhar”.

IHU On-Line - A crise instaura uma ameaça permanente de cortes. Como se sente o trabalhador numa situação dessas? O seu cotidiano de trabalho e as relações sociais sofrem mudanças?

Marcelo Afonso Ribeiro - A atual estrutura do mercado de trabalho deixa todas as pessoas (empregados, desempregados e subempregados – pessoas que estabelecem vínculos precários e instáveis com o trabalho) em estado de tensão e sob a ameaça de perder seu emprego ou seu trabalho (lembrando que uma parte das pessoas não tem emprego, mas mesmo

1 Marie Jahoda (1907-2001): foi uma psicóloga social britânica de ascendência austríaca. (Nota da IHU On-Line)

2 Edith Seligmann-Silva: médica e doutora em Medicina Preventiva, trabalha na Escola de Administração de Empresas de São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

3 Nancy Schlössberg: professora emérita da University of Maryland, foi diretora do Centro de Desenvolvimento e Serviços Humanos. É doutora em Educação pela Columbia University. Foi a primeira mulher a integrar o Conselho Americano de Educação (ACE). (Nota da IHU On-Line)

assim estão submetidas à conjuntura atual de trabalho), o que influencia no cotidiano de trabalho (gerando, por exemplo, uma maior submissão dos trabalhadores em muitas situações ou abusos por parte das chefias, com exigências exageradas de dedicação e mesmo situações constantes de humilhação, que podem configurar assédio moral) e também na vida como um todo (falta de distinção clara entre o tempo de trabalho e o tempo livre;

“O principal resultado da flexibilização do trabalho e da reestruturação produtiva (...) seria a individualização das relações com trabalho com consequente degradação do laço social e impossibilidades de cooperação entre os trabalhadores”

necessidade de envolvimento em ações de aprendizagem continuada, que também reduzem o tempo livre; adiamento de projetos de longo prazo, como adquirir uma casa própria, casar ou ter filhos; ou até mesmo dificuldade de planejar o futuro, ficando muito preso ao presente).

IHU On-Line - As profundas mudanças em curso no mundo do trabalho – reestruturação produtiva, introdução de novas tecnologias, adoção de novos métodos da gestão da força de trabalho – estão mudando o comportamento dos trabalhadores na sua relação com o trabalho e com

os seus colegas de trabalho?

Marcelo Afonso Ribeiro - O principal resultado da flexibilização do trabalho e da reestruturação produtiva, em termos comportamentais e relacionais, seria a individualização das relações com trabalho com consequente degradação do laço social e impossibilidades de cooperação entre os trabalhadores; e instauração de uma relação direta com o trabalho e a organização do trabalho, na qual o colega de trabalho não é reconhecido como alguém que pode ajudar e se transformar num rival em potencial, deixando todos muito sozinhos e sem referências às quais se remeterem para construir sua vida no trabalho. Isto acarreta um não-questionamento do cotidiano de trabalho e uma aceitação quase total deste cotidiano pela dificuldade de mobilização coletiva pela mudança, gerando o que Dejours⁴ nomeou de cinismo viril (crença de que tenho que enfrentar toda e qualquer situação no trabalho e sair vencedor, independente das condições que me são oferecidas e das consequências geradas por esta postura).

IHU On-Line - A sociedade industrial foi responsável pela construção de uma metanarrativa de vida: centralidade do trabalho, identidade social construída a partir do trabalho, estabilidade no emprego, rotina cotidiana, laços de forte companheirismo entre os trabalhadores. Como o senhor caracterizaria esse “novo trabalhador” exigido por um mercado de trabalho cada vez mais flexível? Quais são os seus traços psicológicos?

Marcelo Afonso Ribeiro - O novo trabalhador flexível é alguém levado a achar que a mudança constante é a nova regra do jogo e que qualquer tipo de constância, permanência e

4 Christophe Dejours: psiquiatra e especialista em Psicologia do Trabalho, é titular da cadeira de psicanálise saúde-trabalho no CNAM (Conservatório Nacional de Artes e Ofícios). É autor dos livros *A banalização social* (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999) e *A loucura do trabalho* (São Paulo: Cortez Editora, 1998), entre outros. Christophe Dejours concedeu a entrevista *O medo e a precarização do trabalho* à revista IHU On-Line nº 181, de 22-05-2006. (Nota da IHU On-Line)

estabilidade devem ser evitadas, ou seja, a multifuncionalidade e a identidade múltipla seriam os principais traços deste novo trabalhador contemporâneo. Devemos ponderar, entretanto, que este novo perfil não vale para a totalidade do mercado de trabalho, que muitas vezes exige o trabalhador mais tradicional, e que a flexibilidade sempre é relativa e a mudança constante, sem permanência, nem apropriação, é extremamente danosa à subjetividade e à identidade humanas. Desenvolvimento e mudança são fundamentais à vida, mas, se realizados sem critérios e sem permanência, são desprovidos de sentido e podem fazer mal às pessoas.

IHU On-Line - Alguns autores, entre eles Cristophe Dejourns, afirmam que a nova realidade do mundo de trabalho é permeada pelo sofrimento e constrangimento. O senhor concorda com essa interpretação?

Marcelo Afonso Ribeiro - Eu diria que uma parte considerável dos trabalhadores vive sob constrangimento e que o trabalho, como o próprio Dejourns afirma, gera sofrimento, mas que este sofrimento pode gerar o desenvolvimento humano, quando favorece a inventividade e a criatividade, ou, então, a paralisia e a doença. A atual estrutura do mundo do trabalho não está claramente definida, se apresentando de forma ambígua e ambivalente, e esta falta de compreensão do que fazer pode gerar o constrangimento, cabendo aos contextos de trabalho apresentarem de forma clara suas demandas com relação ao trabalho e aos trabalhadores, o que, se não é feito, pode acarretar na transformação do trabalho em algo gerador somente de um sofrimento que não leva a nenhuma forma de desenvolvimento.

IHU On-Line - A identidade e a constituição psicológica de um trabalhador do mercado informal se distinguem de um trabalhador do mercado formal?

Marcelo Afonso Ribeiro - Se en-

tendermos que tanto a identidade quanto a subjetividade são construídas, no caso de um trabalhador, na relação com seu trabalho, há diferenças neste processo entre o mercado formal e o informal, principalmente no tocante ao reconhecimento social dado a cada vínculo estabelecido (informal ou formal). Entretanto, tanto a construção subjetiva quanto a construção identitária necessitam do outro para serem validadas e ganharem sentido para as pessoas e se estabelecem através de processos semelhantes, que gerarão resultados diferenciados. Eu não diria que não é o fato do vínculo do trabalho ser formal ou informal que produz identidades e subjetividades diferentes, mas sim a representação social que cada um apresenta que geraria uma possível distinção, até porque a identidade no trabalho se constrói na relação entre a pessoa, o trabalho e o outro, e o que é diferente nesta relação é o tipo de reconhecimento gerado pelo outro.

IHU On-Line - Em sua opinião, e considerando-se as suas pesquisas, a partir de que idade se inicia a disputa para o mercado de trabalho nos dias de hoje?

Marcelo Afonso Ribeiro - Depende do grupo social ao qual estamos tentando entender, pois não existe um mercado de trabalho genérico, nem um comportamento comum do trabalhador. Um jovem mais favorecido socioeconomicamente tenderá a ingressar no mercado de trabalho mais tarde, após ter concluído um curso superior e uma pós-graduação, por volta dos 25 anos, enquanto que um jovem mais desfavorecido socioeconomicamente poderá ingressar no mercado de trabalho aos 15 anos, por necessidade de ajudar sua família nas questões de subsistência, sendo que um não disputará lugar com o outro. Qualquer generalização, sem levar em conta classe social, gênero, raça, local de moradia etc. tende a ser equivocada, inclusive havendo variações significativas no interior das próprias classes sociais.

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE
WWW.UNISINOS.BR/IHU

Não se gera emprego sem distribuição equitativa da renda

Para Thomas Coutrot, os trabalhadores, especialmente os mais precarizados, não têm conseguido se reunificar em torno de um projeto de resistência e muito menos de alternativas

POR GRAZIELA WOLFART

“**A** crise global deixou óbvio o que os economistas críticos, marxistas ou keynesianos, vinham dizendo há anos: a globalização financeira favoreceu uma transferência maciça de riquezas em detrimento da classe trabalhadora e em prol das classes rentistas e, portanto, uma explosão das desigualdades.” A opinião é de Thomas Coutrot, economista francês, em entrevista exclusiva, realizada por e-mail, à IHU On-Line. Coutrot acredita que “o crescimento desigual e a geração de empregos precários, que foram as marcas registradas da época neoliberal, agora se acabaram”. Qual o resultado disso? “Um empobrecimento geral com uma explosão do desemprego”, o que, para Coutrot, “só comprova o que já sabíamos: a longo prazo não se gera emprego sem distribuição equitativa da renda”.

Na opinião do economista, “os trabalhadores têm uma oportunidade histórica de retomar o caminho das conquistas sociais e dos movimentos emancipatórios, se conseguirem tecer alianças orgânicas com outros movimentos sociais, especialmente com o movimento ecológico”. E sugere que “temos também de reformular um projeto de emancipação para o século XXI, que possa servir de referência comum, de ‘gramática’ para os movimentos sociais mundo afora, como a retórica socialista foi uma referência comum dos movimentos de emancipação nos séculos XIX e XX”.

Thomas Coutrot é responsável pelo Departamento de Condições de Trabalho e Relações Profissionais – DARES. Participou da Fundação Copérnico e da Attac (Association pour la Taxation des Transactions pour l’Aide aux Citoyens/Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos), da qual é membro do conselho científico. É autor de, entre outros, *Capitalisme ou démocratie* (Paris: La Dispute, 2005) e *Les conditions de travail des salariés après la réduction de leur temps de travail* (Paris: Documents pour le Médecin du Travail, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que tipo de transformações a atual crise internacional provoca nas condições de trabalho e nas relações profissionais?

Thomas Coutrot - Em todos os países do mundo estamos vendo, desde o final de 2008 ou início de 2009, uma explosão do desemprego. No entanto, falta recuo para termos uma visão internacional do efeito da crise global sobre as condições de trabalho e as relações profissionais. Isso depende muito dos contextos e das co-relações de forças nacionais. Na França, o que se vê é uma demissão em massa dos trabalhadores precários (trabalho interino e por duração determinada), e o crescimento do “desemprego parcial” nas grandes empresas: trata-se de uma redução do tempo de trabalho com indenização parcial paga pelo Estado.

Nas construtoras de automóveis, por exemplo, os trabalhadores têm duas semanas de trabalho intenso e duas semanas de descanso forçado. Em vez de aproveitar a crise para diminuir a intensidade do trabalho, as empresas estão mantendo a pressão e depois mandam o pessoal ficar em casa sem dinheiro. Isso cria um ambiente muito ruim, de medo e rancor em muitas empresas. Em muitos casos, as empresas – geralmente transnacionais – decidem fechar uma fábrica, o que gera uma revolta muito grande entre os assalariados, um sentimento de injustiça e de desprezo. É comum ouvir desses trabalhadores frases do tipo: “suas contas bancárias engordaram durante anos graças a nosso trabalho e agora mandam a gente para o lixo”. Isso tem resultado em vários *bossnappings*, isto

é, sequestros de dirigentes durante algumas horas por trabalhadores raivosos. O objetivo não é tanto impedir o fechamento da fábrica, mas conseguir uma indenização mais decente pelas demissões. A opinião pública apoia ou compreende esses atos de cólera e desespero. Os sindicatos têm convocado imensas manifestações (em janeiro, em março e no dia 1º de maio), com milhões de manifestantes na França inteira, para protestar contra o fraco desempenho do governo frente à crise. Mas, por enquanto, essas manifestações e movimentos não conseguiram mudar o rumo das coisas.

IHU On-Line - A partir da crise, podemos vislumbrar a emancipação da classe trabalhadora ou sua rendição ao capital?

Thomas Coutrot - Por enquanto, a classe trabalhadora está pagando um preço alto, especialmente as suas partes mais precarizadas (jovens, imigrantes, trabalhadores com contratos curtos...). Ela não tem conseguido se reunificar em torno de um projeto de resistência e muito menos de alternativas. Agora essa crise será longa e cheia de surpresas. Os trabalhadores têm uma oportunidade histórica de retomar o caminho das conquistas sociais e dos movimentos emancipatórios, se conseguirem tecer alianças orgânicas com outros movimentos sociais, especialmente com o movimento ecológico. O movimento “por uma outra globalização” e os Fóruns Mundiais Sociais têm essa função de tornar possíveis essas alianças em nível nacional, regional e mundial. Sua importância é cada vez mais decisiva, e eles têm que ultrapassar a função de “espaço de discussão” para se tornarem “espaços de coordenação e de organização”. Temos também que formular um projeto de emancipação para o século XXI, que possa servir de referência comum, de “gramática” para os movimentos sociais mundo a fora, como a retórica socialista foi uma referência comum dos movimentos de emancipação nos séculos XIX e XX.

IHU On-Line - Que relações podemos estabelecer entre emprego e as desigualdades sociais?

Thomas Coutrot - A crise global deixou óbvio o que os economistas críticos, marxistas ou keynesianos, vinham dizendo há anos: a globalização financeira favoreceu uma transferência maciça de riquezas em detrimento da classe trabalhadora e em prol das classes rentistas e, portanto, uma explosão das desigualdades. Isso resultou em um aumento extraordinário do endividamento dos consumidores, para tornar possível o aumento do consumo (incluindo casas), e a manutenção do crescimento econômico. Isso só podia acabar com uma correção severa. Então, o crescimento desigual e a geração de empregos precários, que foram as marcas registradas da época neoliberal, agora se acabaram. Resultado: temos um empobrecimento geral com uma explosão do desemprego. Isso só comprova o que já sabíamos: a longo prazo não se gera emprego sem distri-

buição equitativa da renda.

IHU On-Line - O senhor defende que a política econômica não está voltada para a geração de emprego e renda no Brasil. Em que baseia sua posição?

Thomas Coutrot - A política econômica do governo Lula foi baseada principalmente na exportação de produtos primários (agricultura e mineração). Isso gerou emprego e renda enquanto os mercados internacionais estavam exuberantes, mas repousava em bases muito frágeis, tanto economicamente como

“Se o Brasil liderasse uma aliança regional com outros países da América do Sul para desenvolver políticas econômicas e sociais progressistas, pautadas na mobilização popular, teria uma imensa repercussão internacional”

ecologicamente, como o vemos agora. As políticas compensatórias (como o Bolsa Família) e o aumento real do salário mínimo foram medidas positivas, mas insuficientes em si para pautar um crescimento econômico sustentável. O Brasil está pagando um preço alto por ter apoiado seu crescimento principalmente da demanda externa.

IHU On-Line - O que faria parte de uma mudança radical de rumo no caso brasileiro?

Thomas Coutrot - Uma mudança radical de política econômica incluiria um enfoque muito forte sobre a Reforma Agrária, de maneira a diminuir drasticamente ou até reverter os fluxos

migratórios do campo para a cidade. Trata-se de privilegiar a agricultura familiar sustentável, contra a grande agricultura capitalista ecologicamente e socialmente irresponsável. Isso implicaria, portanto, um confronto com o latifúndio e o agronegócio, e uma mobilização popular muito forte. Precisaria também de um aumento rápido do salário mínimo para dar sustentação a um crescimento da demanda interna por bens de consumo e alojamentos, junto com uma reforma fiscal progressista, que redistribuísse renda e permitisse o financiamento dos gastos sociais e dos investimentos ambientais. Se o Brasil liderasse uma aliança regional com outros países da América do Sul para desenvolver políticas econômicas e sociais progressistas, pautadas na mobilização popular, teria uma imensa repercussão internacional.

IHU On-Line - O senhor pensa que o Brasil deveria adotar o controle de capitais, para evitar a instabilidade financeira? Em que sentido essa medida afetaria a questão do trabalho?

Thomas Coutrot - Obviamente uma política econômica progressista não agradaria aos investidores financeiros. Portanto, há necessidade de estabelecer um controle de entrada e saída de capitais, bem como uma redução drástica da taxa de juros interna. A comissão Stiglitz¹ das Nações Unidas tem apontado que a liberalização dos sistemas financeiros nos países do Sul tem tido um papel central na sua fragilização. O Brasil não precisa de capital especulativo para crescer. Ele tem toda a latitude para desenvolver um sistema de crédito bancário nacional e internacional (como o Banco do Sul)² voltado para o financiamento a longo prazo de projetos socialmente e ecologicamente prioritários.

¹ Joseph Stiglitz: economista, professor de Columbia e ex-economista-chefe do FMI. Ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 2001 por defender que os mercados são ineficientes quando todas as partes de uma transação não têm o mesmo acesso a informações críticas, o que aconteceria na maioria das vezes. (Nota da IHU On-Line)

² Banco do Sul: fundo monetário e organização de empréstimos da Unasul desenvolvido pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. A intenção do banco é emprestar dinheiro às nações da América Latina para a construção de programas sociais e de infraestrutura. (Nota da IHU On-Line)

“A questão da redução da jornada de trabalho tem que ser recuperada com muita urgência para enfrentar as consequências da crise global”

IHU On-Line - Como a questão do trabalho e do emprego são debatidas entre os membros da Attac?³ Quais seriam os principais desafios para os próximos anos nessa área?

Thomas Coutrot - Achamos que a questão da redução da jornada de trabalho tem de ser recuperada com muita urgência para enfrentar as consequências da crise global. Reduzir a jornada, sem reduzir salários, mas com incentivos fiscais, financiados por uma reforma fiscal que bata forte nos rendimentos financeiros, é algo que nos parece uma política de emprego e renda ao mesmo tempo justa e eficiente. Agora, não se pode esperar tudo do Estado e dos governos, inclusive porque a esquerda, pelo menos na Europa, está muito desorientada e sem rumos, e longe de apresentar alternativas reais. Então, os movimentos sociais precisam ser criativos, para mostrar outras maneiras de se fazer economia. É por isso que as realizações e as conquistas da economia solidária são tão importantes politicamente, e espero que elas venham a crescer com força nos próximos anos, como uma resposta autônoma e criativa dos movimentos sociais frente à crise e ao esgotamento do capitalismo. Precisamos partir para a construção de alternativas, democráticas e solidárias, como cooperativas, comércio justo e finança solidária, por exemplo.

³ Attac: Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos). (Nota da IHU On-Line)

Por um pacto mundial do emprego

A expectativa de Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, é de que a crise, apesar de todo o ônus que traz, possa trazer com ela a possibilidade de repensarmos nosso futuro

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Construir na sociedade brasileira a visão de direito ao trabalho e de direito ao emprego é um desafio muito grande que ainda temos pela frente, na opinião de Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese. “A busca do pleno emprego, a inserção econômica através do trabalho, é um objetivo que a sociedade e a política econômica de todos os países devem ter”. Ele concedeu, por telefone, à IHU On-Line, a entrevista a seguir, sobre os impactos da crise financeira internacional no mundo do trabalho. Clemente argumenta que “a economia brasileira tem capacidade de sair mais rápido da crise do que as demais economias do mundo, porque estamos mais bem estruturados nesse momento para isso”. E, se isso ocorrer, continua ele, “poderemos ter um nível de gravidade dos problemas que se rebatem sobre o mercado de trabalho também menor”.

Clemente Ganz Lucio é diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) desde 2004. É também professor na PUC-SP e diretor do Observatório Social. Na Universidade Federal do Paraná, graduou-se em Ciências Sociais. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Diante da crise do desemprego, fala-se, entre outras coisas, na redução da jornada de trabalho e nas transformações na estrutura trabalhista. A partir da crise internacional, podemos vislumbrar a emancipação da classe trabalhadora ou sua rendição ao capital?

Clemente Ganz Lúcio - Estamos diante de uma crise bastante grave, talvez semelhante à crise de 1929, que trouxe para a economia dos países centrais uma mudança substantiva do ponto de vista da sua estratégia de longo prazo. Tivemos, fundamentalmente na Europa, a constituição de uma economia e de uma organização social e política compatível com uma concepção social democrata, onde o trabalho passou a ter uma participação que não tinha até então. Portanto, temos aqui uma sociedade menos desigual do que aquela que emerge,

por exemplo, no pós-guerra dos Estados Unidos. Estas opções políticas que as crises suscitam, por trazerem por terra uma série de crenças, visões e concepções acerca da sua economia, da política e da sociedade, num momento de crise, podem estar sendo questionadas e revistas. Esta é a nossa expectativa: de que a crise, apesar de todo o ônus que traz, possa trazer com ela essa possibilidade de repensarmos o nosso futuro. Outra coisa é acharmos que essa crise poderá suscitar uma elaboração de uma sociedade igualitária, fundada nos princípios da justiça social. Esse é um ideário do qual, dadas as desigualdades que percebemos no mundo, estamos longe. Encontramos-nos em um nível de desigualdade muito grande, que exige um investimento e um desejo político muito rigoroso. Nesse momento, percebe-se que é necessário termos uma organiza-

ção econômica, social e política que gere menos desigualdades. Se conseguirmos chegar a este acordo político mundial, teremos dado um passo enorme, apesar de acreditar que a luta pela justiça e pela igualdade é uma luta que não devemos nunca deixar de perseguir.

IHU On-Line - Segundo as previsões, em 2009 o Brasil irá conviver com o aumento do desemprego. Isso representa uma crise do mercado de trabalho como um todo?

Clemente Ganz Lúcio - A crise do desemprego é mundial. Ou seja, estamos tendo, nos vários países, um impacto grande em termos de desemprego. A Europa sofre menos porque tem um mercado de trabalho mais regulado, mas também há uma pressão forte pela queda na taxa do emprego. O Brasil, que tem um mercado altamente flexível, já está sofrendo e sofrerá as consequências de uma queda na atividade econômica. Ou seja, o Brasil cresceu acima de 5% em 2008 e este ano, se crescer, será muito pouco. Isso sem falar nas consequências para o mercado de trabalho: vamos ter um aumento do desemprego, com certeza, no Brasil. Esse aumento é grave no sentido de que estamos revertendo uma tendência, que vínhamos tendo nos últimos quatro anos, de aumento da formalização, de redução da informalidade. Nesse momento, a crise poderá trazer um aumento da informalidade e uma diminuição da formalidade e tudo depende de quanto tempo vamos levar para sair dessa crise internacional. E a economia brasileira tem capacidade de sair mais rápido do que as demais economias do mundo, porque estamos mais bem estruturados nesse momento para isso.

IHU On-Line - A crise econômica internacional tem afetado menos o Brasil se fizermos uma comparação com outros países, por exemplo, da Europa. As consequências na área do trabalho também tendem a ser menores no país?

Clemente Ganz Lúcio - Se tivermos uma saída mais rápida da crise do que provavelmente ocorrerá nos países

centrais, é possível imaginarmos que a consequência do conjunto da crise na economia brasileira, depois que tivermos saído dela, seja um número menor de problemas sob seu mercado de trabalho. O que não quer dizer que não teremos desafios sérios a serem enfrentados, que não tenhamos desemprego e aumento da pobreza. Agora, considerando que nós não estamos no centro da crise, e que o Brasil tem a possibilidade de viver do mercado interno e construir relações comerciais mais diversificadas, temos a oportunidade de sair um pouco mais rápido do que os demais países desta crise. E, se isso ocorrer, poderemos ter um nível de gravidade dos problemas que se rebatem sobre o mercado de trabalho também menor.

“É necessário termos uma organização econômica, social e política que gere menos desigualdades”

IHU On-Line - Em que medida o desemprego no Brasil está relacionado com a crise internacional ou com a decisão interna brasileira de baixar tão lentamente a taxa de juros?

Clemente Ganz Lúcio - O fato de o Banco Central ter retardado a queda de juros é um elemento que provavelmente aprofundou a queda no nível da atividade econômica, com consequências para o emprego. Naquele momento, diante das incertezas, o Banco Central mirou na inflação, e, na nossa opinião, mirou errado, porque não tínhamos mais pressão inflacionária, e não olhou para a questão do mercado de trabalho e para o nível da atividade econômica. Ao retardar a queda na taxa de juros, que já era muito elevada, provavelmente se agravou a queda no nível

da atividade econômica, agravando, por consequência, o rebatimento negativo sobre o mercado de trabalho. Então, a taxa de juros é, sem dúvida, um instrumento importante da política econômica para que tenhamos uma retomada do crescimento econômico de forma mais rápida e é até uma oportunidade que temos. Ou seja, o Banco Central deve continuar reduzindo substantivamente a taxa de juros no Brasil para que possamos ter uma retomada da atividade econômica com um rebatimento positivo para o mercado de trabalho.

IHU On-Line - Em que sentido a crise internacional surge como oportunidade para transformar a atual situação social dos brasileiros no que se refere à distribuição de renda?

Clemente Ganz Lúcio - A crise internacional pode contribuir na medida em que ela configure um novo arranjo político internacional; a presença do Brasil neste arranjo seja revigorada; os países em desenvolvimento, como o Brasil, a China, a Índia, a Rússia e outros, passem a ter mais voz nessas organizações internacionais, e, portanto, o fluxo do comércio e de investimentos possam também ser melhor distribuídos e essa distribuição gerar um crescimento econômico maior, mais vigoroso, mais sustentável.

IHU On-Line - Os gastos públicos representam importância significativa no comportamento da economia brasileira e do emprego?

Clemente Ganz Lúcio - Com certeza, os gastos dos governos municipal e estadual compõem uma grande parcela do consumo que a sociedade brasileira realiza e têm um impacto importante no nível da atividade econômica. Agora, tão importante quanto, ou pensando a médio e longo prazo, mais importante do que isso, é o gasto do recurso destinado ao investimento, ou seja, aquele recurso que o governo aloca para ampliar a capacidade produtiva, para ampliar nossas estradas, ampliar portos, aeroportos, ou seja, toda aquela infraestrutura que dá suporte ao crescimento econômico. Então, garantir a continuidade do investimento públi-

co, além de gerar emprego, gera ampliação da capacidade produtiva, o que significa capacidade de produzir mais em função do crescimento e da demanda que possa vir a aumentar.

IHU On-Line - Que mudanças na estrutura trabalhista se tornam necessárias nesse momento de crise internacional?

Clemente Ganz Lúcio - O mundo inteiro está discutindo o que vem sendo chamado de pacto mundial pelo emprego. Na medida em que formos a fundo nessa questão, iremos observar que a sociedade precisa avançar na compreensão política de que a busca do pleno emprego, a inserção econômica através do trabalho, é um objetivo que a sociedade e a política econômica de todos os países devem ter. Nós podemos ter avanços na legislação trabalhista com essa finalidade. Por exemplo, poderia haver o fortalecimento da regulação das relações de trabalho através da negociação coletiva; ou a exigência de que as empresas precisem dar uma justificativa social para fazer demissões; formular políticas mais integradas na área da qualificação social e profissional, como tantas outras que podem estar associadas a uma regulação das relações de trabalho mais compatível com a concepção do direito ao trabalho e ao emprego.

IHU On-Line - Em outra entrevista que o senhor nos concedeu no final do ano passado, disse que, de 2004 para cá, os resultados de desempenho econômico que as empresas estão obtendo batem recordes. A partir disso, em que sentido os efeitos da crise são utilizados como justificativa para reduzir o quadro de funcionários das empresas e consequentemente os direitos trabalhistas, deixando os trabalhadores novamente reféns do capital?

Clemente Ganz Lúcio - Essa é uma questão difícil, porque ela implica em discutirmos a responsabilidade social das empresas, e o que elas fazem com o recurso que acumularam em época de expansão econômica. Mas isso é diferenciado de empresa para empresa. Existem algumas que

nesse momento até aumentam a sua receita. No entanto, em geral, há uma redução no nível de atividade. E nós acreditamos que deve ser colocado em discussão o direito ao trabalho e a responsabilidade social da empresa.

IHU On-Line - Como percebe as relações capital-trabalho entre sindicatos e empresas para suavizar o desemprego? A experiência de três décadas de negociação coletiva pode ajudar a classe trabalhadora a sair fortalecida da instabilidade vivenciada atualmente?

Clemente Ganz Lúcio - O movimento sindical brasileiro amadureceu muito nestas três décadas, do ponto de vista político. Se tem uma coisa que

“A luta pela justiça e pela igualdade é uma luta que nós não devemos nunca deixar de perseguir”

o movimento sindical brasileiro sabe fazer é negociar. Nós passamos a década de 1990 inteira num cenário de baixo crescimento econômico, fazendo mobilização e negociando. Já na época do crescimento econômico, o movimento sindical fortaleceu suas negociações, foi atrás dos direitos salariais, da jornada de trabalho, ampliou direitos. Não é fácil fazer este enfrentamento, mas o movimento sindical brasileiro está preparado para fazê-lo e inclusive para sugerir perspectivas de crescimento econômico, projetos de desenvolvimento para o país, que ataquem os problemas da desigualdade, das injustiças, criando condições para que o país possa ter uma economia menos desigual e mais solidária estruturalmente.

IHU On-Line - O senhor vislumbra

novas possibilidades para os trabalhadores a partir da conjuntura atual? Quais são os desafios para os próximos anos?

Clemente Ganz Lúcio - O primeiro desafio para os trabalhadores é participar de forma mais ativa na construção do projeto de desenvolvimento, ou seja, a dimensão do trabalho constituindo-se como elemento estruturante das políticas de desenvolvimento do país. Existe um segundo desafio: a elevação continuada do nível de qualificação e escolaridade dos trabalhadores, que é um direito à cidadania. Um terceiro grande desafio é construirmos na sociedade brasileira a visão de direito ao trabalho, de direito ao emprego. O quarto grande desafio é constituirmos mecanismos que permitam uma distribuição menos desigual da renda e da riqueza através de instrumentos da negociação coletiva e das políticas públicas. Esses são desafios de longa duração, que, uma vez enfrentados e superados, permitiriam podermos vislumbrar, para gerações futuras, um país diferente, positivamente, onde a riqueza e a renda estariam mais bem distribuídas. Espero que toda a sociedade assuma como desafio um país que tenha um equilíbrio socioambiental correspondente a uma sustentabilidade econômica e ambiental, que é algo que precisamos para todo o Planeta em termos de equilíbrio ecológico. O desafio é fazer isso tudo combinando com uma estrutura econômica que recupere e que preserve o meio ambiente. Esse é um desafio do mundo, que está na agenda dos trabalhadores. E estes devem dar sua contribuição para que essas questões estejam na agenda política mais geral.

LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Clemente Ganz Lúcio. Acesse nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu)

Entrevista:

* “O momento é de repartir os ganhos que as empresas vêm obtendo”, publicada nas Notícias do Dia do sítio do IHU em 12-09-2008.

O centro da criação de valor é o trabalho imaterial

Cesar Sanson reflete sobre a subjetividade do trabalhador contemporâneo, tema de sua tese de doutorado

“**N**a sociedade pós-industrial/pós-fordista, se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explicita, apresente idéias”, afirma Cesar Sanson, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT –, com sede em Curitiba, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Segundo Sanson, “é a sua personalidade, a sua subjetividade que deve ser organizada e comandada. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação”.

Desta forma, continua o pesquisador do CEPAT, “a forma de trabalhar associada ao pós-fordismo é vista como a passagem de uma lógica da reprodução para uma lógica da inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção”.

Cesar Sanson é graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR), com especialização em Economia e Trabalho, mestrado na área da Sociologia do Trabalho, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e doutorado em Ciências Sociais, pela UFPR. Cesar Sanson já abordou o tema desenvolvido nesta entrevista na edição nº 60 dos *Cadernos IHU Ideias*, intitulada *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida*, que está disponível no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Considerando que estamos transitando da sociedade industrial/fordista à sociedade pós-industrial/pós-fordista, o que caracteriza essa transição sob a perspectiva do mundo do trabalho?

Cesar Sanson - A sociedade industrial está em reviravolta. Há paradigmas que por longos períodos define o modo de pensar, as estruturas de conhecimento, a conformação de categorias explicativas que auxiliam na compreensão de uma representação da sociedade. O prefixo ‘pós’ [pós-industrial] remete para o fato de que as categorias que organizam a representação do paradigma da sociedade industrial já não dão conta de interpretar a chegada de outro momento histórico, ou seja, está-se diante de fatos novos. Agora, no novo paradigma, tendo presente a hegemonia da economia do imaterial e do trabalho imaterial, ao menos qualitativamente, muda-se a forma do sujeito do trabalho se relacionar com

o mesmo e altera-se o padrão de exploração. Na sociedade industrial/fordista, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as máquinas as executem. A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. Há um limite interposto pelo ‘saber morto’ objetivado na máquina que bloqueia a possibilidade do ‘saber vivo’ do operário. Como descreve Marx, o trabalhador entra no processo produtivo como um “acessório da oficina capitalista”.

Agora, na sociedade pós-industrial/pós-fordista, se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explicita, apre-

sente idéias. “É a alma do operário que deve descer na oficina”, afirmam Lazzarato¹ e Negri² acerca das novas exigências do capital. É a sua personalidade, a sua subjetividade que deve ser organizada e comandada. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Trata-se do que Corsani³ denomina de “sistema

1 **Maurizio Lazzarato**: ao lado de Antonio Negri, é considerado um dos formuladores do conceito de trabalho imaterial. Sociólogo e filósofo italiano reside na França, onde desenvolve pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial. É coautor com Antonio Negri do livro *Trabalho imaterial*, lançada no Brasil pela DP&A Editora. (Nota do entrevistado)

2 **Antonio Negri**: filósofo italiano, professor titular aposentado da Universidade de Pádua (Itália) e professor de filosofia do Colégio Internacional de Paris (França). Entre outras obras, escreveu em parceria com Michael Hardt, os livros *Império* e *Multidão*, ambos editados no Brasil pela Ed. Record. (Nota do entrevistado)

3 **Antonella Corsani**: socióloga italiana, em parceria com Maurizio Lazzarato é autora do livro *Intermittents et precaires* (Temporários e precários). (Nota do entrevistado)

de produção de conhecimentos por conhecimentos”. É nesse sentido que a forma de trabalhar associada ao pós-fordismo é vista como a passagem de uma lógica da reprodução para uma lógica da inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção.

A sociedade industrial cindiu o trabalhador, o seu todo corpóreo, mente e corpo, e reduziu-o a uma máquina produtiva. Hoje, essa concepção de produção está sendo superada. Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. O conceito de força de trabalho na sociedade pós-industrial retoma a essência do seu significado, ou seja, a compreensão de que a força de trabalho é um todo corpóreo, reúne todas as faculdades, da força física à competência linguística. Como diz Virno:⁴ “Trinta anos atrás, em muitas fábricas, havia cartazes que intimavam: ‘Silêncio, aqui se trabalha!’. A principal novidade do pós-fordismo consiste em ter colocado a linguagem a trabalhar. Hoje, em algumas fábricas, podemos fixar dignamente cartazes invertidos aos de outros tempos: ‘Aqui se trabalha. Fale!’”. Essa é a mudança substancial.

IHU On-Line - O senhor poderia caracterizar melhor o que é o trabalho imaterial?

Cesar Sanson - No epicentro do deslocamento da sociedade industrial/fordista para a sociedade pós-industrial/pós-fordista, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. A nova forma de organizar o trabalho colocou no centro do processo produtivo os recursos imateriais. Que recursos são esses? O conhecimento, a comunicação e a cooperação. O novo modo produtivo tem a necessidade da incorporação do saber, do conhecimento, das habilidades do trabalhador, e se faz sempre mais na reativação do trabalho vivo, na **cooperação inteligente** e na linguagem

⁴ **Paolo Virno**: filósofo italiano, redator da revista *Luogo comune* e autor, entre outros, do livro *Grammaire de la multitude*. A revista IHU On-Line nº 161, de 24-10-2005, publicou uma entrevista com Paolo Virno intitulada “O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso”. (Nota do entrevistado)

comunicante. O que ser quer dizer aqui é que a principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. Como afirma Cocco,⁵ “o conceito de trabalho imaterial dá conta das dimensões subjetivas de um trabalho que se alimenta e alimenta uma dinâmica de conhecimento que não mais é controlada pelo capital e fixada em suas maquinarias, mas afere a rede social dos cérebros: o *General Intellect*”.

A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas

“A sociedade industrial cindiu o trabalhador, o seu todo corpóreo, mente e corpo, e reduziu-o a uma máquina produtiva”

e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvolver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir.

Outro aspecto relacionado ao trabalho imaterial, naquilo que lhe dá conteúdo, é o fato de que não se restringe ao processo produtivo, ao contrário, alimenta-se também das externalidades, de um conhecimento que vem de fora do trabalho fabril, de fora da fábrica.

Ao capital produtivo interessa a incorporação desse saber no chão de fábrica; o trabalhador é estimulado a socializar as suas aptidões acumuladas

⁵ **Giuseppe Cocco**: professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Organizador, entre outros, do livro *Capitalismo cognitivo* (DP&A editora). O professor Cocco já concedeu várias entrevistas para o sítio do IHU, destacamos a entrevista “*Já saímos da sociedade salarial*” concedida para a revista IHU On-Line nº 216, de 23-04-2007. (Nota do entrevistado)

socialmente. Em suma, o trabalho imaterial cada vez mais se posta no centro do processo produtivo e apresenta implicações novas, principalmente na ativação de um trabalho que difere daquele que se realizava na sociedade industrial.

O que há de novo aqui é o fato de que o tempo de trabalho já não pode mais ser medido apenas pelas forças produtivas objetivadas na máquina-ferramenta do tempo fabril. O elemento novo é o *plus* acrescido pelo operário, o seu conhecimento, o seu saber, que extrapolam o tempo fabril e são incorporados ao processo produtivo. É nesta perspectiva que se pode falar que o trabalho imaterial se contrapõe à teoria marxiana da mais-valia ou, antes de tudo, exige uma atualização de sua teoria. Sob a hegemonia do trabalho imaterial, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo; mas, sim, a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes produtivas.

IHU On-Line - Mas essa realidade do trabalho é hegemônica?

Cesar Sanson - Ainda não. O trabalho imaterial não se apresenta hegemônico quantitativamente no processo produtivo, mas já o é qualitativamente. Diria mais, o conceito de trabalho imaterial ainda é vista com reservas, uma vez que convive com a sociedade industrial e essa sociedade ainda é hegemônica. Os fundamentos básicos oriundos da Revolução Industrial —, a produção em massa em grandes fábricas, a instituição do trabalho assalariado, o parcelamento das tarefas laborais, normas rígidas na definição das condições do trabalho, o movimento operário, o estabelecimento do contrato social laboral —, entre outros, perduram até hoje. Essa realidade, entretanto, está passando por mudanças. A sociedade industrial ainda é preponderante, mas a essência da forma de organizar a sua produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo e isso é que é importante perceber. Quando Marx estudou o trabalho industrial e a produção ca-

pitalista, eles representavam apenas uma parte da economia inglesa e de outros países europeus e apenas uma pequena fração da economia global. Na época, em termos quantitativos, a agricultura ainda era dominante, porém Marx identificou no capital e no trabalho industrial uma tendência que funcionaria como motor de futuras transformações. Poder-se-ia afirmar que o trabalho imaterial se encontra hoje em posição semelhante à que estava o trabalho industrial estudado por Marx há pouco mais de 150 anos atrás. O decisivo é compreender, como afirma Gorz,⁶ que “o coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial”.

IHU On-Line - O que muda na vida do trabalhador com a ocorrência do trabalho imaterial?

Cesar Sanson - Considerando-se que cada vez mais a fonte do valor reside na força de invenção dos trabalhadores, o capital em sua versão pós-industrial investe na *bios* —, na vida —, do trabalhador, ou seja, o capital procura ativar os recursos imateriais —, o conhecimento, a competência lingüística, a cooperação singular que cada um agrega ao processo produtivo. Se na sociedade industrial as características pessoais dos trabalhadores são desconsideradas, o seu conhecimento é desqualificado, o seu saber não é reconhecido e a sua subjetividade é dispensada; na sociedade pós-industrial, demanda-se trabalhador comunicativo, participativo, polivalente, flexível, e que acima de tudo com o seu conhecimento enriqueça o processo produtivo. Agora, a capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas. É evidente que a sutileza do capital reside no fato de que se espera que esse engajamento seja voluntário. Assiste-se a uma espécie de prescrição

6 André Gorz: foi um importante teórico francês sobre as questões do mundo do trabalho. É autor, entre outros, dos livros *Misérias do Presente*, *Riqueza do possível* e *O imaterial*. O sítio do IHU e a revista IHU On-Line publicaram e reproduziram amplo material da produção teórica de Gorz. Destaca-se, entre outros, sua entrevista publicada na edição nº 31 dos *Cadernos IHU Ideias*, intitulada *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. (Nota do entrevistado)

da subjetividade, ou seja, a obtenção, por parte da empresa, de um consentimento voluntário do trabalhador aos seus objetivos, fazendo com que ele assumira os preceitos da empresa como se fossem seus. Como diz Linhart,⁷ “os administradores pedem para seus funcionários serem os militantes incondicionais da empresa, mostrando lealdade, disponibilidade, além de competência”.

Tem-se aqui uma distinção daquele trabalhador do período anterior. Ainda mais se na sociedade industrial o trabalho situa-se fora do operário e encerrada a jornada o trabalho fica na fábrica, agora, o trabalho subsume toda a pessoa, invade todo o seu ser, não é mais exterior, mas foi interior-

“O conceito de trabalho imaterial ainda é vista com reservas, uma vez que convive com a sociedade industrial e essa sociedade ainda é hegemônica”

rizado, é constitutivo ao operário. O tempo do não-trabalho confunde-se ao tempo do trabalho, ocasionando uma mudança na relação do sujeito com a produção e o seu próprio tempo. Assiste-se a uma ruptura da concepção de trabalho da sociedade industrial. O capital solicita um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

7 Daniele Linhart: socióloga, Diretora de pesquisas no CNRS, professora em Paris X (Nanterre), é autora, entre outros, do livro *A desmedida do capital* (Editora Boitempo). A revista IHU On-Line nº 177, de 24-04-2006, publicou uma entrevista de Daniele Linhart, intitulada “As empresas e o engajamento total dos empregados”. (Nota do entrevistado)

IHU On-Line - Sob a perspectiva das lutas operárias quais são as novidades os desafios que se colocam a partir dessa transição da sociedade industrial/fordista para a sociedade pós-industrial/pós-fordista?

Cesar Sanson - A novidade está no fato de que o trabalho imaterial indica que as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capital como parte do projeto para organizar o trabalho, mas que também emergem das energias produtivas do próprio trabalho, ou seja, o sujeito do trabalho joga um papel decisivo como parte integrante da própria forma de organizar a produção. É nessa perspectiva que pode afirmar que, cada vez mais, trabalhar é produzir-se. A produção cada vez mais se torna biopolítica no sentido foucaultiano.⁸ Se, por um lado, é na *bios* —, na vida do trabalhador —, que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada operário na perspectiva que esses recursos sejam disponibilizados ao capital, por outro, eles também assumem um caráter permanente de produção de si, isto é, essa mesma subjetividade prescrita pelo capital também resulta em “produção de si”, e nesse sentido é portadora de elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho. Quer-se dizer que a nova forma de organizar o trabalho abre a possibilidade da conquista de uma autonomia maior, uma vez que os recursos imateriais disponibilizados no processo produtivo são também ganhos e aquisição dos próprios trabalhadores. Ao requerer o engajamento do trabalhador, o comprometimento da sua subjetividade no processo produtivo e procurar colocá-lo sob sua dinâmica —, biopoder —, produz-se também a biopolítica, ou seja, uma reposta ao biopoder do capital.

Defende-se aqui a ideia de que a forma de organizar o trabalho na sociedade pós-industrial/pós-fordista traz dentro de si o antagonismo que pode fundar as novas lutas sociais. O processo produtivo da fábrica pós-for-

8 Referência a Michel Foucault, pensador francês. Foucault desenvolveu estudos e pesquisas na área do sujeito e do poder. (Nota do entrevistado)

dista, com todas as contradições que encerra, valendo-se de uma tendência de exploração das potencialidades singulares dos trabalhadores cria também uma base produtiva comum. Esse *comum* que é explorado pelo capital e que se manifesta como expropriação por parte do capital do excedente expressivo e da cooperação do trabalho vivo também pode ser a base de outra lógica: o *comum* não apenas como fundamento do capital, mas como sustentáculo de um projeto de emancipação dos trabalhadores naquilo que diz respeito aos seus interesses. É no *comum* que se encontra a base de exploração mas ao mesmo tempo, a subjetividade de resistência que se configura na *multidão*. Ou seja, o *comum* é a base da *multidão* e é a multiplicidade de subjetividades que dá conteúdo à *multidão*.

Segundo Negri e Hardt, a *multidão* “é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum”. Embora se mantenha múltipla e internamente diferente, a *multidão* é capaz de agir em comum. As mutações do capital podem levar a classe a uma outra configuração e a um outro patamar de lutas. A classe assume a identidade de *multidão*. A *classe* – conceito da sociedade industrial – transforma-se em *multidão* na sociedade pós-industrial porque a possibilidade de superação e oposição ao capital far-se-á cada vez mais pela capacidade dos trabalhadores tornarem *comum* – num projeto coletivo – os recursos imateriais que hoje são apropriados e/ou expropriados pelos donos do capital. No sentido da revolta contra o capital, *classe* e *multidão* possuem o mesmo significado e não se opõem ao contrário do que muitos pensam.

IHU On-Line - A afirmação de que o conceito de classe já não é suficiente para dar conta da nova realidade do trabalho e de que estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial é bastante contestada.

Cesar Sanson - Na verdade, precisamos uma nova *enleitung*,⁹ como afirma Negri

⁹ Referência ao texto de introdução dos *Grün-*

numa referência a Marx. Interpretar o mundo do trabalho de hoje com o “olhar” das categorias da sociedade industrial é insuficiente para se dar conta do novo. É recorrente, na sociologia do trabalho, uma interpretação que enxerga nas mu-

“Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que define as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho se fazem sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, na qual os atores do trabalho se veem enfraquecidos, vide os sindicatos”

danças do capitalismo, em sua versão neoliberal, um recobrar da exploração que se aproxima daquela praticada logo após a Revolução Industrial. A pertinência dessa análise se encontra no fato de que se assiste a um ataque agressivo do capital ao trabalho que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. Estar-se-ia diante de uma vingança do capital após a conquista do *drisse* (1857), em que Marx expõe o seu método de trabalho no qual descreve que a teoria social deve ser modelada segundo os contornos da realidade social abordada.

Estado de Bem-Estar Social. Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que define as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho se fazem sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, na qual os atores do trabalho se veem enfraquecidos, vide os sindicatos. Dessa forma, poder-se-ia interpretar que se assiste a uma involução das forças do trabalho, ou até mesmo que esta se tornou refém do capital e se encontra derrotada e sem forças de reação. O problema dessa análise reside no fato de que costumeiramente se utiliza as categorias da sociedade industrial como critério comparativo às lutas que se desenvolvem hoje, ou seja, desejar-se-ia uma retomada do movimento operário tendo como referência o que um dia ele já foi e não voltará a ser. A impossibilidade de que o sujeito do trabalho se manifeste em similitude ao que um dia ele já foi se deve ao fato de que a realidade do trabalho mudou radicalmente. Esse fato não significa absolutamente que ações coletivas deixarão de existir, e que as greves, as insurreições e os motins contra a exploração do capital cessarão.

O que é preciso perceber é que se quase dois séculos de Revolução Industrial houve a possibilidade que se compusesse uma subjetividade do sujeito do trabalho que desaguou na constituição da classe operária e em determinadas formas de luta, agora as mutações do capital levarão a classe a uma outra configuração e a um outro patamar de lutas, nem melhor, nem pior, apenas diferente. Procurar as premissas daquilo que constitui a identidade, a consciência e as potencialidades da ação coletiva dos trabalhadores no mundo do trabalho de hoje apenas através das categorias da sociedade fordista leva a incorreções analíticas, como a interpretação de que se está diante de uma involução das forças do trabalho. Uma leitura aparente, superficial da realidade do trabalho, remete a essa conclusão, porém trata-se de desvelar os elementos que não estão na superfície, mas que se encontram adormecidos e que a qualquer momento podem vir à tona.

“A crise revela o que nosso desenvolvimento teve de absolutamente louco nestas últimas décadas”

Dominique Méda constata que o trabalho é muito importante na identidade dos indivíduos modernos e que ele se tornou o fato social total ao longo dos dois últimos séculos

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO LUCIANA CAVALHEIRO | FOTO DIVULGAÇÃO

Completamente convicta da centralidade e da importância do trabalho na vida das pessoas em nossa sociedade, a socióloga francesa Dominique Méda observa que esse sentimento tem se tornado ainda mais forte a partir da crise internacional. “Parece-me que ela é formidavelmente reveladora. Primeiro, mostra o quanto o trabalho é constitutivo da nossa sociedade moderna e o lugar que ele ocupa. Mas também revela a maneira como o trabalho e os trabalhadores foram tratados até o momento pelo capitalismo”. Para ela, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, um dos grandes ensinamentos da crise é que “estamos todos no mesmo barco, estamos todos ligados, interdependentes, e que as soluções devem, então, ser coletivas, comuns”. Méda propõe uma mudança no raciocínio, uma inversão da perspectiva. Ela aponta como necessárias “políticas de qualidade do trabalho e de emprego, preocupadas com as pessoas no trabalho. Trata-se de políticas fundadas no trabalho decente e no emprego de qualidade”, explica. Otimista, ela ainda dispara: “A crise deveria ser a oportunidade de repensar o lugar do trabalho na nossa sociedade”.

Pesquisadora no Centro de Estudos do Emprego, na França, o tema principal de Dominique Méda é a igualdade de gênero no mundo do trabalho. Ela realiza também uma reflexão filosófica e sociológica sobre o papel do trabalho em nossas sociedades e estuda a relação entre os instrumentos econômicos e políticos com os quais temos de medir a riqueza uma empresa. É autora de, entre outros, *Le Travail. Une valeur en voie de disparition* (Paris: Flammarion, 1998), *Le travail, que sais-je?* (Paris: PUF, 2004), *Le travail non qualifié, Perspectives et paradoxes* (com F.Vennat) (Paris: La Découverte, 2005) e *Au-delà du PIB. Pour une autre mesure de la richesse* (Paris: Champs-Actuel, 2008). Confira a entrevista.



IHU On-Line - Qual o papel do trabalho, de forma geral, em uma sociedade em crise financeira, ambiental, e de valores? Qual a importância do trabalho na identidade do ser humano contemporâneo?

Dominique Méda - O trabalho é muito importante na identidade dos indivíduos modernos. Ele se tornou o fato social total ao longo dos dois últimos séculos. Uma pesquisa recente que realizamos na Europa (*Place et sens du travail en Europe. Une singularité française*, 2008) evidenciou que as expectativas sobre o trabalho são imensas. As pessoas buscam não somente uma renda, mas também um lugar na sociedade, uma possibilidade de se realizar. E, evidentemente, o trabalho tomou este espaço não so-

mente no funcionamento das sociedades em geral, mas também na vida de cada um. A crise torna isto ainda mais forte. Parece-me que ela é formidavelmente reveladora. Primeiro, mostra o quanto o trabalho é constitutivo da nossa sociedade moderna e o lugar que ele ocupa. Mas também revela a maneira como o trabalho e os trabalhadores foram tratados até o momento pelo capitalismo. A brutalidade com que certas empresas tratam seus trabalhadores é surpreendente e a crise focaliza no que, para uma parte delas, constituía a principal dimensão do trabalho: uma mercadoria, um fator de produção. Em minhas obras, tento explicar o quanto a dimensão “econômica” do trabalho é constitutiva de sua definição. A economia clássica representa o traba-

lho (e os trabalhadores) como um simples fator de produção, um meio entre outras coisas (o valor agregado, o lucro, o volume de negócios, o crescimento), uma inutilidade. E é isto que se exprime plenamente hoje na crise: o trabalho é somente um fator de produção. Então, quanto mais “magro” ele for, ou inexistente (em volume ou preço), melhor! De certa maneira, a violência da crise mostra a lógica profunda do capitalismo e sua relação com o trabalho.

IHU On-Line - Como a senhora define a sociologia do trabalho e do emprego nos dias atuais, considerando a crise internacional que hoje vivemos?

Dominique Méda - A crise revela o que nosso desenvolvimento teve de absolu-

tamente louco nestas últimas décadas. Ela nos mostra como o trabalho foi tratado, como de forma alguma ele esteve no centro. A crise nos revela a natureza do desenvolvimento que conhecemos, centrado na busca exclusiva de lucro em curto prazo, sem nenhuma consideração das externalidades ou da maneira pela qual o processo aumentava as desigualdades ou suprimia o capital natural. Para mim, é isso que a crise revela: o caráter destruidor do desenvolvimento. O PIB não é, de maneira nenhuma, um indicador de progresso ou de riqueza das sociedades. Ele não leva em conta as atividades essenciais para a manutenção e a inscrição na duração das sociedades; ele é insensível às desigualdades de repartição de renda ou à participação na produção; ele não leva em conta as degradações trazidas ao capital natural, porque a contabilidade que propõe não é patrimonial. Ele nos dá, então, uma imagem falsa das evoluções de nossas sociedades e é absolutamente incapaz de emitir sinais quando este desenvolvimento nos conduz a impasses, como era o caso há várias décadas. É preciso mudar o raciocínio, inverter a perspectiva, compartilhar os objetivos de nossas sociedades: não se preocupar tanto com um grande PIB, mas deixar para nossos filhos um mundo habitável. A partir disso, é fácil compreender que as políticas devem ser primeiramente cuidadosas com o meio ambiente e os indivíduos. Que se trate, sem dúvida, de destinar uma grande parte de nossos esforços às tarefas de atenção, de cuidado, de responsabilidade, de manutenção e não de produção. Pode-se deduzir, também, que são necessárias políticas de qualidade do trabalho e de emprego, preocupadas com as pessoas no trabalho. Trata-se de políticas fundadas no trabalho decente e no emprego de qualidade.

IHU On-Line - Quais políticas sociais seriam mais adequadas para pensar o mundo do trabalho nos dias de hoje?

Dominique Méda - Parece-me que um dos meios seria levar absolutamente a sério as regras ambientais às quais somos confrontados e pensar em um tipo de desenvolvimento possível. Em seguida, seria preciso definir o tipo de regulação mundial, coletiva, que devemos

estabelecer, com normas a respeitar. E entre essas normas haveria, é claro, normas sociais e indicadores de qualidade do trabalho. O conjunto dos indicadores de trabalho decente definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT),¹ por exemplo, poderia nos servir de guia. Sanções deveriam ser aplicadas ao não respeito destas normas sociais e ambientais. Auxílios particulares deveriam ser oferecidos aos países que teriam dificuldade em colocar em prática tais políticas. Vê-se que a prática de tal plano demanda uma coordenação internacional e uma priorização das normas e o respeito a elas. Não estamos mais habituados a pensar assim, a aceitar limitações, medidas. Mas é, entretanto, unicamente se procedermos assim que poderemos sair desta situação.

IHU On-Line - Como poderá se constituir uma nova articulação do trabalho em tempos de crise internacional?

Dominique Méda - Um relatório recente da OIT explicou o que está acontecendo. Em um primeiro momento, na medida em que as indústrias foram as primeiras atingidas, e que são os homens que ocupam a maior parte dos cargos industriais, foram esses os mais afetados pela crise. Mas não nos enganemos: os serviços, nos quais as mulheres estão na maioria empregadas, vão seguir a mesma tendência. As mulheres são sempre as que estão em situação mais vulnerável (porque executam as tarefas domésticas, em termos de carga horária, têm menores salários e uma menor disponibilidade, pois a carga dos filhos lhes sobrecarrega mais frequentemente). Por essa razão, elas correm o risco de se encontrarem ainda mais

¹ Organização Internacional do Trabalho (OIT): agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho. A ideia de uma legislação trabalhista internacional surgiu como resultado das reflexões éticas e econômicas sobre o custo humano da revolução industrial. As raízes da OIT estão no início do século XIX, quando os líderes industriais Robert Owen e Daniel le Grand apoiaram o desenvolvimento de legislação trabalhista e melhorias nas relações de trabalho. A organização foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. A OIT tem representação de governos dos 180 Estados-Membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Com sede em Genebra, Suíça desde a data da fundação, a OIT tem uma rede de escritórios em todos os continentes. (Nota da IHU On-Line)

desestabilizadas pela crise. Não creio, então, muito nesta ideia que se espalhou nos Estados Unidos de que são os homens que tem perdido o seu trabalho e não as mulheres.

IHU On-Line - A crise financeira internacional agrava a desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho ou ela contribui para a igualdade de oportunidades?

Dominique Méda - Creio que as desigualdades são ainda mais graves do que habitualmente. A crise torna ainda mais necessária a posse de dois empregos – e acrescentaria que dois empregos de qualidade, suficientemente remuneradores – e ela torna ainda mais evidente a necessidade de conseguir conciliar as tarefas profissionais e as de cuidados. Precisamos redefinir os empregos e fazer tudo para desenvolver principalmente empregos de qualidade, ou seja, remuneradores, bem protegidos e que deixem tempo para a vida familiar. Esta questão não pode passar para o segundo plano, sob o pretexto da crise. Não sei bem o que irá acontecer. Corre-se o risco de dizer: “Ai, os empregos estão desaparecendo, é preciso reservá-los aos homens, pois as mulheres têm outros centros de preocupação”. Não! Devemos, ao contrário, aproveitar a crise para afirmar alto e forte que o emprego é para todos, mulheres e homens, é uma absoluta necessidade, à qual homens e mulheres devem ter acesso. E estes empregos devem ser organizados para permitirem a conciliação com a vida familiar.

IHU On-Line - Com a crise financeira e as mudanças no mundo do trabalho, quais as possíveis alterações na estrutura das classes sociais?

Dominique Méda - Pode-se temer que os ricos sejam apenas um pouco menos ricos e os pobres, ainda mais pobres. E que uma parte dos assalariados pouco qualificados e vulneráveis vá aumentar a classe dos pobres. Tenho medo de um agravamento das desigualdades, o que estava já acontecendo antes da crise, como mostrou o último relatório da OIT sobre este assunto. Ora, parece-me que um dos grandes ensinamentos da crise – e é nisso que penso que ela é útil e pode nos trazer algo de bom – é que estamos todos no mesmo barco, ou seja, estamos

todos ligados, interdependentes, e que as soluções devem, então, ser coletivas, comuns. Responder de maneira coletiva e razoável à crise consistiria em tomar decisões todos juntos e, sobretudo, colocar em prática políticas que impediriam que os mais desfavorecidos vejam sua situação ainda mais agravada pela crise. Então, estabelecer políticas de redistribuição, políticas fiscais, apoiando-se em recursos dos mais ricos para desenvolvê-las, e investir em todos os meios que permitam que a situação dos mais desfavorecidos não conheça uma nova degradação são ações que precisam urgentemente ser estabelecidas.

IHU On-Line - A senhora acredita que com a crise podem surgir novas normas trabalhistas e novas políticas de emprego que podem ir em direção de uma globalização mais justa?

Dominique Méda - É absolutamente o que seria preciso! Que estas normas em matéria de trabalho e de emprego sejam respeitadas internacionalmente e se tornem, de alguma forma, o centro do nosso desenvolvimento, um desenvolvimento mais civilizado, que permitiria a cada um acessar a este bem primeiro que é um emprego de qualidade. Mas, para isso, é preciso que vozes se façam ouvir agora, que a OIT seja parte conciliadora de todas as negociações que acontecem atualmente, e que o ponto de vista dos trabalhadores e do trabalho se torne absolutamente central. É preciso, também, que a OIT esteja presente em todas as mesas de negociação e adquira um peso preponderante, que os interesses que ele defende sejam tratados com igualdade com os interesses financeiros mundiais. Se o resultado da crise é uma nova regulação mundial que não envolva somente as finanças, então teremos ganhado algo com ela e uma etapa fundamental terá sido atravessada.

IHU On-Line - Neste cenário de crise, quais as perspectivas e os paradoxos do trabalho não qualificado? Como ficam as trajetórias profissionais em tempos de crise?

Dominique Méda - Há um enorme risco de que as pessoas pouco qualificadas conheçam uma situação extremamente difícil. Já em tempos normais, se ainda posso dizer isso, as pessoas

pouco qualificadas eram confrontadas com uma situação pouco invejada, pois se considera que elas são muito numerosas e seu trabalho pode ser feito por qualquer um, não vale nada. Tudo o que se dizia antes da crise sobre o fato de que o trabalho não qualificado era muito caro corre o risco de ser ainda ampliado. O trabalho pouco qualificado é aquele que as empresas substituem mais facilmente, do qual elas se livram mais facilmente, que é o mais colocado sob a pressão da concorrência mundial, ao menos para os setores não protegidos. Mesmo assim, a crise pode ser uma oportunidade se aproveitarmos os fechamentos de alguns

“Se o resultado da crise é uma nova regulação mundial que não envolva somente as finanças, então teremos ganhado algo com ela e uma etapa fundamental terá sido atravessada”

setores para melhorar concretamente a qualificação das pessoas e para permitir-lhes, assim, acessar outros tipos de trabalho, mais qualificados, menos ameaçados. Tínhamos necessidade já antes da crise de investir concretamente na qualificação, mas essa é uma constatação ainda mais real hoje. Isto significa que devemos destinar grandes somas à requalificação da mão-de-obra, que está hoje ameaçada. Este é um investimento extremamente importante. É assim que permitimos a estas pessoas evitarem ter trajetórias muito destruídas: tudo deve ser estabelecido para formá-las no próprio seio do seu emprego se elas estiverem empregadas, a fim de prevenir a obsolescência das competências, para dar-lhes um salário desemprego decente se elas perdem seu emprego, assim como uma formação, permitindo-lhes

de se reconverter.

IHU On-Line - Como a senhora analisa, as novas formas de resistência dos trabalhadores hoje, que não fazem mais apenas greves? Qual sua opinião sobre os casos de sequestros dos patrões pelos empregados na França?

Dominique Méda - Os assalariados resistem muito pouco, e os sequestros constituem somente testemunhos pouco numerosos da angústia dos trabalhadores. Na França, os assalariados estão desesperados. Já antes da crise, sua moral não estava elevada. Em toda a Europa, os franceses são os menos satisfeitos com seu trabalho, os que mais acham que suas condições de trabalho são ruins e os que têm mais medo de cair no desemprego ou de serem excluídos. Hoje, em certas empresas, os assalariados se encontram em situações terríveis e parece que algumas empresas aproveitam disso para se livrarem de sua mão-de-obra mais do que precisariam. Como se para algumas o ideal consistisse verdadeiramente em produzir com o mínimo de trabalho possível, como se precisassem reduzir sempre mais a quantidade de trabalho utilizada ao longo da produção. A crise deveria ser a oportunidade de repensar o lugar do trabalho na nossa sociedade: e isto em um duplo sentido. É preciso verdadeiramente que nos interroguemos sobre o lugar que a produção deve ter na nossa vida social. Além disso, é preciso saber exatamente o que representa o trabalho em nossas sociedades, o que queremos fazer dele. Trata-se de um simples fator de produção, e, então, o crescimento é o verdadeiro objetivo e podemos maltratar o trabalho ou reduzi-lo à porção adequada (é a mensagem que nos traz o pensamento econômico clássico)? Ou ele é verdadeiramente a essência do homem, a sua liberdade criadora? Mas, então, é preciso colocar isso em prática para que o trabalho permita ao trabalhador expressar-se e realizar-se nele: isto supõe uma revisão total de nossas representações, de nossos objetivos, de nossa concepção de empresa. Supõe uma revolução.

Uma política econômica “verde” cria empregos

Alain Lipietz, deputado europeu, acredita que a crise mundial tem claramente raízes ecológicas

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO LUCIANA CAVALHEIRO | FOTO DIVULGAÇÃO

O economista e deputado europeu Alain Lipietz tem a causa ambiental como a principal motivação de suas atividades. Ele concedeu por e-mail, à **IHU On-Line**, a entrevista que segue. A tese central defendida por Lipietz é a de que, quanto mais um país investe na qualificação da sua mão-de-obra, mais preocupação ambiental ele demonstra. Em outras palavras, “os países desenvolvidos mais poluentes são também os países de enfraquecimento relativo da qualificação do trabalho, enquanto que os países que investem mais na pesquisa e na educação de sua mão-de-obra são também relativamente os menos poluentes”. Esta constatação empírica, explica, “sustenta a regra geral admitida pelos economistas de uma substituição possível entre o fator trabalho e o fator meio ambiente”.

Para o economista francês, membro do Partido Verde na França, um recomeço “verde” como alternativa para a crise internacional proporciona a criação de empregos, além do “isolamento das habitações, do desenvolvimento das redes de transporte em comum, da produção de energia renovável descentralizada, e da reorientação para a agricultura alimentícia biológica”. Ele defende como muito provável que “uma solução verde para a crise favoreça os países que investirão mais nas técnicas intensivas de trabalho e, particularmente, os países emergentes, que devem amplamente inventar sua indústria ao invés de reconverter uma antiga”. E aposta que a Ásia e, talvez, a América Latina serão, provavelmente, “os continentes que se sairão melhor no jogo”. Lipietz alerta, no entanto, para o fato de que “o crescimento extremamente rápido dos países emergentes (Índia, China e Brasil) revelou-se desastroso para a crise do clima, pois estes países não estavam, mais do que os Estados Unidos, inscritos no Protocolo de Kyoto. É absolutamente vital que eles se inscrevam no protocolo pós-Kyoto”.

Alain Lipietz é autor de, entre outros livros, *Green Hopes. The Future of Political Ecology* (Cambridge: Polity, 1995), *Refonder l’espérance. Leçons de la majorité plurielle* (Paris: Cahiers libres, 2003) e *Face à la crise: la révolution verte* (Paris: Textuel, 2009). Seu site pessoal é <http://lipietz.net/>. Confira a entrevista.



IHU On-Line - O que deveria fazer parte de um engajamento civil para a realização de uma efetiva política ecológica? Como a crise financeira, ecológica e o problema do desemprego podem contribuir para isso?

Alain Lipietz - Uma política ecológica efetiva atinge, de certa forma, todos os aspectos do modelo de desenvolvimento: produção de alimento, de energia, de transporte, de habitação. Acontece que a crise mundial, que estourou em 2007/2008, tem claramente raízes ecológicas (aumento do preço dos bens de base: energia e alimentação), que repercutem, em seguida, em uma crise social (empobrecimento relativo dos assalariados no contexto da globalização), e em uma crise financeira (não pagamento dos

financiamentos habitacionais). Diante de tal tipo de crise, é preciso, ao mesmo tempo, uma recuperação do tipo rooseveltiana ou keynesiana (pelos trabalhos públicos e a redistribuição de rendas), que seja orientada, desta vez, por ser ecologicamente sustentável (economizando a energia, redistribuindo o espaço agrícola útil para as produções alimentares etc.). Todas as teorias econômicas mostram que as técnicas menos intensivas e muito poupadoras dos recursos naturais exigem mais da atividade humana. Um recomeço “verde” é, então, particularmente criador de emprego: promove o isolamento das habitações, o desenvolvimento das redes de transporte em comum, a produção de energia renovável descentralizada, e a reorientação para a

agricultura biológica.

IHU On-Line - Quais suas maiores preocupações enquanto um “economista verde”, principalmente quando o assunto é o desemprego e o mundo do trabalho?

Alain Lipietz - Não basta dizer que, em geral, uma recuperação da atividade verde é mais rica em emprego do que uma política de recuperação clássica. É preciso calcular que ela se choca em várias dificuldades particulares. A primeira é que se trata de uma conversão de nosso modelo de produção e de desenvolvimento. A questão da formação profissional irá desempenhar aí um papel primordial, pois as qualificações necessárias não são as herdadas de um modelo

em crise. A questão do financiamento desempenha igualmente um papel crucial, mesmo se o custo de uma reconversão verde é infinitamente menor que o custo da continuação de um modelo produtivista (em termos de destruição da biodiversidade, de mudança climática etc.). A maior parte dos laboratórios de uma reconversão verde são efetivamente investimentos públicos e não consumos privados. É preciso, então, prever profundas reformas fiscais. Enfim, técnicas de uma revolução verde implicam, em geral, em uma maior qualificação da mão-de-obra e principalmente no trabalho manual (na agricultura, na construção civil, nos transportes etc.). É preciso, então, prever uma forte revalorização dos estatutos, dos salários e do prestígio dos trabalhadores manuais.

IHU On-Line - A partir da crise financeira internacional e da falta de empregos em escala mundial, qual é hoje o espaço do capital na vida das pessoas?

Alain Lipietz - A crise internacional está apenas começando. A crise financeira foi somente seu ponto de aceleração na segunda metade de 2008, mas é preciso sempre lembrar que a crise é primeiramente social e ecológica. É muito provável que uma solução verde para a crise favoreça os países que investirão mais nas técnicas intensivas de trabalho e, particularmente, os países emergentes, que devem amplamente inventar sua indústria ao invés de reverter a antiga. A Ásia, e, talvez, a América Latina (se ela souber se unir e se dotar de uma política orçamentária audaciosa) serão, então, provavelmente, os continentes que se sairão melhor no jogo. Ao final da crise, estaremos ainda no capitalismo, ou seja, em um sistema de relações sociais fundadas no salário e na troca comercial, mas o peso dos serviços públicos será, sem dúvida, mais forte, assim como o setor terciário da economia social e solidária (associações, cooperativas).

IHU On-Line - No chamado “mundo pós-fordista”, como se caracterizam as relações de trabalho, a hierarquia internacional e a ecologia global?

Alain Lipietz - Se chamarmos de pós-fordista aquele que sucede a crise fordista, no final dos anos 1970, então este

se subdivide claramente em diversas variantes. Por um lado, certos países procuraram a competitividade nos baixos salários e a flexibilidade das relações salariais: no norte, os Estados Unidos, o Reino Unido, a França ou a Espanha; no sul, os países da América Latina, a Tailândia, a maior parte da China e da Índia. Mas outros países deram, ao contrário, a cartada da qualificação do trabalho: a Escandinávia, a Alemanha, os quatro primeiros dragões asiáticos e uma parte da China e da Índia. É a primeira tendência que predominou no período neoliberal (1980-2008), mas os países que deram a cartada da qualificação serão provavelmente os vencedores na saída da crise atual. Do ponto de vista ecológico, a variante mais liberal do pós-fordismo foi a mais perigosa. Ao contrário, os países como a Escandinávia, que apostaram mais na qualificação do trabalho, se revelaram mais eficazes que os outros na proteção do meio ambiente. Globalmente, o crescimento extremamente rápido dos países emergentes (Índia, China e Brasil) revelou-se desastroso para a crise do clima, pois estes países não estavam, assim como os Estados Unidos, inscritos no Protocolo de Kyoto. É absolutamente vital que eles se inscrevam no protocolo pós-Kyoto.

IHU On-Line - Como o senhor analisa a coexistência de países com diferentes regimes de trabalho integrados nos blocos continentais? Isso melhora ou piora a partir da crise internacional?

Alain Lipietz - A coexistência de várias formas de relação salarial sempre existiu. Na primeira divisão internacional do trabalho, as formas mais antigas (quase servil) eram reservadas às atividades primárias (mina, agricultura) da “periferia” continental e mundial. Com a segunda divisão internacional do trabalho, a partir dos anos 1960, as tarefas menos qualificadas do fordismo começaram a se difundir em direção aos Estados Unidos, à periferia da Europa, depois ao Terceiro Mundo, na Ásia e na América Latina. A crise atual provavelmente irá favorecer uma terceira divisão internacional entre os países, dando a cartada da qualificação do trabalho, e os países dando globalmente a cartada dos baixos salários e da flexibilidade. Estes serão uma perife-

ria dos primeiros.

IHU On-Line - Que relação o senhor estabelece entre os sistemas da relação trabalho-capital e as atitudes na direção da crise ecológica global?

Alain Lipietz - Como eu já havia mostrado nos anos 1990 em dois relatórios para a ONU, um sobre “as relações capital-trabalho no limiar do século XXI”, e um outro estudo sobre sobre a ECO-92, em 1992, sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, há uma certa concordância entre a escolha do trabalho qualificado e a escolha de técnicas poupadoras dos recursos naturais, então mais ecológicas. É um fato empírico: os países desenvolvidos mais poluentes são também os países de enfraquecimento relativo da qualificação do trabalho, como os Estados Unidos ou o Brasil, enquanto que os países que investem mais na pesquisa e na educação de sua mão-de-obra são também relativamente os menos poluentes (a Escandinávia no norte, a Coreia e Taiwan no sul). Esta constatação empírica sustenta a regra geral admitida pelos economistas (de Adam Smith¹ a Cobb-Douglas²) de uma substituição possível entre o fator trabalho e o fator meio ambiente. Se isto é verdade, as economias “industriais” (fundadas no trabalho qualificado) serão também as menos poluentes.

¹ Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A riqueza das nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência A atualidade do pensamento de Adam Smith. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line número 133, de 21-03-2005. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU Ideias*, de 21-07-2005, intitulado *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para *download* no site do IHU. Smith foi o tópico número 1 do Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia – Edição 2009, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. (Nota da IHU On-Line)

² Trata-se dos economistas Charles Cobb e Paul Douglas. (Nota da IHU On-Line)



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

A memória como antídoto à repetição da barbárie

Enfrentar a injustiça às vítimas e evitar que os mesmos erros aconteçam é principal objetivo da memória, afirma Reyes Mate. Contudo, a memória não resolve problemas, pois “abre feridas”, ao demonstrar que nosso presente está construído sobre injustiças

POR MÁRCIA JUNGES | FOTO MÁRCIA JUNGES

Sem uma memória das injustiças passadas, a teoria da justiça que se constrói não é universal, e, portanto, é incompetente e insolvente em muitas circunstâncias. O que a teoria anamnética pretende é formular uma teoria universal da justiça, considerando as desigualdades como injustiças e lembrando-as como exemplo daquilo que não se quer repetir, explica o filósofo espanhol Reyes Mate, na entrevista exclusiva que concedeu pessoalmente à IHU On-Line pessoalmente, momentos antes da conferência que proferiu na Aula Inaugural do curso de Filosofia da Unisinos e parte integrante do IV Simpósio da Cátedra Unesco-Unisinos Direitos Humanos e violência, governo e governança. Violência e memória na perspectiva das vítimas. Contudo, de acordo com o pensador, há que se reconhecer a “periculosidade” da memória, pois em si ela não resolve problemas, mas os complica quando abre feridas e nos expõe ao inegável: que “nosso presente está construído sobre muitas injustiças”. Isso nos incomoda, diz Reyes Mate, e precisamos atentar, também, ao caráter ambíguo da memória, que pode ser combustível do ressentimento.

Reyes Mate é professor do Instituto de Filosofia do CSIC (Conselho Superior de Pesquisas Científicas) e autor do livro *Justicia de las víctimas. Terrorismo, memoria, reconciliación*. (Barcelona: Anthropos, Editorial del Hombre, 2008), entre outros. Em português, citamos *Memórias depois de Auschwitz* (São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005). Confira a entrevista.



IHU On-Line - O que é a justiça anamnética?¹

Reyes Mate - A Filosofia reflete sobre a justiça desde sempre. Hoje, pensamos que a preocupação em relação a ela, na história da humanidade, é anterior inclusive à preocupação pela moral. Antes que o homem se perguntasse qual é a diferença entre o bem e o mal, perguntou-se sobre a justiça. O que caracteriza o mundo animal é o domínio. Por isso, hoje se sustenta que a justiça é anterior à moral, uma vez que as perguntas pela igualdade e pelo ser humano coincidem.

O interesse pela justiça é muito antigo, tanto quanto a história da humanidade, em que os conteúdos da

justiça mudaram. Distinguimos entre a justiça dos antigos e dos modernos. São duas concepções muito diferentes. Para os antigos, a justiça era uma virtude. Para os modernos, é o fundamento moral da sociedade. Para os antigos, o importante na justiça era reparar o direito do outro, o que se devia ao outro, enquanto na justiça moderna é o que definimos, ou seja, somos nós que criamos os critérios de justiça. Por isso, dizemos que se trata de uma justiça procedimental. Entretanto, a justiça dos antigos era objetiva. Santo Tomás dizia que, para haver a virtude da justiça, não importava a intencionalidade de quem tem que restituir algo. Poderia ser por vias boas, ou más. Era igual. A virtude da

justiça tinha lugar quando se reparava o dano do outro.

Justiça anamnética: teoria universal da justiça

Há ainda outras grandes diferenças entre a justiça dos antigos e a dos modernos. Contudo, o que elas têm em comum é que não há lugar para a memória. O que caracteriza a teoria anamnética da justiça é que, por outro lado, se tem lugar central a memória. Isso é muito importante do ponto de vista das teorias da justiça, porque, se não há memória da injustiça, podemos construir uma teoria da justiça não universal. Isso quer dizer que, sem memória, a teoria da justiça se declara

¹ Anamnético: relativo à anamnésia. Que desperta a memória. (Nota da IHU On-Line)

incompetente, insolvente em muitos casos de injustiça. A justiça consideraria que estes casos não são seus temas. Esses casos que a teoria habitual da justiça não considera pertinentes são assuntos que têm a ver com a memória – das vítimas, dos mortos, do irreparável. Tudo isso que as teorias da justiça modernas não consideram importante tem um perigo, representa um problema. Sem esses assuntos, a teoria da justiça não é universal.

Assim, o que a teoria anamnética pretende é uma teoria universal da justiça, e isso está se articulando, mas ainda falta muito tempo para se desenvolver de forma plena. Digamos que a importância da memória na justiça se mede pelo fato de considerarmos apenas as desigualdades existentes como meras desigualdades. Se entendermos que as desigualdades existentes não são injustiças, e não têm uma causa histórica, que não foram causadas pelo homem, precisaremos pensar que são produtos do azar, da fortuna. Assim, não se pode falar em responsabilidades sobre as desigualdades, o que dá origem a uma concepção de justiça distributiva, que é muito importante, mas não nos permite pensar a política a partir da justiça. Então, o original da teoria anamnética da justiça é que ela considera as desigualdades como injustiças.

IHU On-Line - Por que é importante mantermos viva a memória na perspectiva das vítimas?

Reyes Mate - O que tem permitido apresentar-se com rigor a universalidade da justiça é a aparição de uma cultura da memória. Sem uma cultura da memória, não seria possível uma teoria da justiça universal. Quando falamos de memória, falamos de um passado que não está presente. Creio que há dois tipos de passado: um passado que está presente e outro que está ausente. O passado dos vencedores, por exemplo, está presente agora, porque o presente se constrói sobre o patrimônio, categorias e decisões que os vencedores tomaram. Entretanto, nesse presente há um passado ausente. Um passado dos perdedores, daqueles que não puderam chegar a ser. É o passado das vítimas, e o único “advogado” que elas têm é a memória.

“Sem uma cultura da memória não seria possível uma teoria da justiça universal. Quando falamos de memória, falamos de um passado que não está presente”

IHU On-Line - Como a memória tem alcançado o direito e assim mudado o curso da justiça sobre crimes contra a humanidade, como no caso da Guerra Civil espanhola?

Reyes Mate - A transição política espanhola seguiu o princípio do esquecimento. Entendo por esquecimento não dar importância e significação ao passado. O pacto foi não dar importância ao passado. Naquele momento, em 1975, dominava no mundo a cultura do esquecimento. Não havia uma memória de Auschwitz,² o que começa apenas no final dos anos 1970. Vivia-se na inércia criada após as duas guerras mundiais. Para resolver os conflitos e desastres causados por eles, se deveria olhar para o futuro, e não para o passado. Isso explica em boa parte por que triunfara e tivera prestígio a fórmula espanhola de transição política sobre o esquecimento, a qual foi escrita em todos os idiomas.

Recordo que fui convidado, em 1990, para falar no parlamento da Bulgária, em Sófia, sobre a transição política espanhola. Os deputados ali presentes esperavam ouvir uma apologia do esquecimento. Acabaram ouvindo uma crítica da transição, o que os surpreendeu mui-

² **Auschwitz-Birkenau**: nome de um grupo de campos de concentração localizados no sul da Polônia, símbolos do Holocausto perpetrado pelo nazismo. A partir de 1940, o governo alemão comandado por Hitler construiu vários campos de concentração e um campo de extermínio nesta área, então na Polónia ocupada. Houve três campos principais e trinta e nove campos auxiliares. Como todos os outros campos de concentração, os campos de Auschwitz eram dirigidos pela SS comandada por Heinrich Himmler. (Nota da IHU On-Line)

to, porque se queria aplicar aos países pós-comunistas a mesma fórmula espanhola. Hoje, isso é impossível, porque na Espanha atualmente se fala na Guerra Civil mais do que nunca. Questiona-se a transição política radicalmente, mas não no sentido de ter sido mal-conduzida. Pensamos que foi realizado o possível, porque o poder dos militares, todavia, era muito forte. Então, foi uma fórmula possível, pragmática. Era o que se podia, mas não o que se devia. E agora, na medida em que se criam condições para a revisão histórica, aparece a memória histórica. E o que a Espanha tem feito, contudo, é muito pouco. A Lei da Memória Histórica tinha como objetivo apenas ampliar o número de coletivos danificados na Guerra Civil para ajudar economicamente. No entanto, a opinião pública pedia muito mais. Pedia uma Lei da Memória Histórica, uma revisão dos julgamentos, uma reparação moral dos assassinados, uma ajuda do Estado para a localização dos mortos e desaparecidos. Com essa pressão, a Lei mudou um pouco. Por exemplo: com essa Lei, não se quer revisar os julgamentos sumários a muitos republicanos assassinados – o governo não se atreveu a enfrentar esse problema. Isso significa que o tema segue pendente.

IHU On-Line - Manter a memória das vítimas é uma forma de prevenir que futuros crimes semelhantes aconteçam?

Reyes Mate - Cito Jorge de Santayana, um filósofo que afirmou que os povos que esquecem sua história estão condenados a repeti-la. Essa frase se afigura no campo de concentração de Dachau.³ A memória é um antídoto contra a repetição da barbárie. Creio que o objetivo principal da memória é lutar contra as injustiças às vítimas.

IHU On-Line - Poderia explicar as origens judaico-cristãs da memória?

Reyes Mate - A memória filosófica, durante séculos, foi muito fraca do ponto de vista ontológico, porque se identificava com um sentido e, como tal, só produzia sentimentos, um sen-

³ **Dachau**: campo de concentração construído em 1933 pelos nazistas em uma antiga fábrica de pólvora próxima a cidade de Dachau, cerca de cinco quilômetros a norte de Munique, no Sul da Alemanha. (Nota da IHU On-Line)

so interno, como diziam Santo Tomás de Aquino⁴ e Aristóteles.⁵ Era uma faculdade menor, e não comparável com a vontade e inteligência senão como um sentido, e os sentidos produzem sentimentos. Nesse aspecto, a Filosofia adentrou o século XX sem desenvolver uma cultura ontologicamente importante da memória. Nas liturgias judaicas e cristãs, contudo, se mantinha uma ideia de memória muito próxima ao que hoje entendemos por memória. Pensava-se que a memória tinha a capacidade de superar os condicionamentos do tempo e espaço. A memória podia fazer de novo o passado, recriá-lo. A Filosofia pensa que o passado é irrecuperável no sentido de que cria consequências insuperáveis — estamos definitivamente atados às consequências dos nossos atos e não há maneira de revertê-los. Não há maneira de romper com a cadeia de consequências. Entretanto, a raiz judaico-cristã da memória permitia um novo começo, atualizando o passado, como se aquilo não houvesse ocorrido nunca. Essa capacidade criativa da memória é a tradição em que boa parte tem se alimentado a teoria filosófica da memória contemporânea.

IHU On-Line - Qual é a implicação da memória para a chamada Teolo-

4 Tomás de Aquino (1227-1274): frade dominicano e teólogo italiano, considerado santo pela Igreja. Um de seus maiores méritos foi introduzir o aristotelismo na escolástica anterior. A partir de São Tomás, a Igreja tem uma teologia (fundada na revelação) e uma filosofia (baseada no exercício da razão humana) que se fundem numa síntese definitiva: fé e razão. Nascido numa família nobre, estudou filosofia em Nápoles e depois foi para Paris, onde se dedicou ao ensino e ao estudo de questões filosóficas e teológicas. Seus interesses não se restringiam à religião e filosofia, mas também à alquimia, tendo publicado uma importante obra alquímica chamada *Aurora Consurgens*. Sua obra mais famosa e importante é a *Suma Teológica*. (Nota da IHU On-Line)

5 Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo grego, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

gia Política, segundo Johann Baptist Metz,⁶ que acaba de publicar um livro chamado *Memória passionis. Ein provozierendes Gedächtnis in pluralistischer Gesellschaft*, e para a Teologia da Libertação?

Reyes Mate - A Teologia Política era, num primeiro momento, atenta à direção política da religião e, portanto, enfrenta a crítica moderna e marxista da religião, que a reduz a um assunto privado. Esse é um dos primeiros eixos da Teologia Política e logo havia outro: a Teologia Política não era um invento de Metz, mas de Carl Schmitt,⁷ que reconhece a dimensão política do cristianismo. Por outro lado, ele dá uma versão antimessiânica à Teologia Política. O que interessa a esse filósofo é que este mundo está destinado a um final, que tem uma visão apocalíptica no sentido de limitação do tempo. Sabendo que o mundo tem um término, Carl Schmitt pretende uma teoria do cristianismo que impeça o final, que eternize o presente. Então, ele se apoia em um versículo da epístola aos Tessalonicenses, no qual São Paulo afirma que temos de aguentar e manter o tempo presente. É nesse ponto que Metz polemiza com Carl Schmitt. Aquele entende que a Teologia Política deve ser messiânica, e, nesse sentido, se adiantar ao presente o final, não manter o presente, mas se introduzir no presente o final. O final messiânico é um mundo reconciliado. O que pretende a Teologia Política é que o cristianismo formule, nesta sociedade, esquemas de convivência de um mundo reconciliado. Metz, que para esse esquema elaborou uma Teologia da Memória, sem dúvida se encontra com o fenômeno de Auschwitz. Ele descobre demasiado tarde esse fenômeno, o que dá à sua teoria da Teologia da Memória um conteúdo bastante espe-

6 Johann Baptist Metz: teólogo alemão. Dele publicamos uma entrevista na 13ª edição, de 15 de abril de 2002 e reproduzimos um artigo escrito por ocasião do 60º aniversário de Karl Rahner, publicado como introdução, no livro *Gott in Welt. Festgabe für Karl Rahner*, na edição de nº 102, de 24-05-2004. (Nota da IHU On-Line).

7 Carl Schmitt (1888-1985): jurista e cientista político alemão. A IHU On-Line 139, de 02-05-2005, publicou o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*. (Nota da IHU On-Line)

cífico. Realmente, esse é o teólogo católico que primeiro e mais seriamente se deteve sobre a significação política, moral e epistêmica do Holocausto, tendo, inclusive, alguns enfrentamentos interessantes com o Ratzinger, que é atualmente o Papa.

IHU On-Line - Sob certos aspectos a memória é perigosa? Por quê?

Reyes Mate - Com certeza, a memória é perigosa, porque ela não resolve problemas, mas sim os complica. Ela abre as feridas, por isso os políticos que sabem da significação da memória são conscientes do seu potencial crítico e são muito diligentes em desenvolver políticas de controle da memória. Não há político que se preze que não tenha uma política da memória. Dizia Renan⁸ que todos os povos inventam seu passado. Os nacionalismos funcionam e têm sentido de acordo com um passado absolutamente artificial. Todos os Estados inventam seu passado, como se necessitassem de grandes heróis e grandes festas com que se identificassem. Esse é um claro exemplo das políticas manipuladas da memória. A memória é perigosa porque coloca sobre a mesa um fator que é difícil de gerenciar: o reconhecimento de que nosso presente está construído sobre muitas injustiças. Isso nos molesta. Então, o que é importante é que se tome a sério a memória, e que se entenda que ela, em si, não resolve nada. A memória introduz um fator que complica a situação, e por isso quem a defende precisa pensar todo o projeto até o final.

Não se pode falar de memória sem entender que ela é o princípio de um processo, cujo final é a reconciliação e esta passa, seguramente, pelo perdão. Pensar o perdão como uma virtude política é difícil. Por outro lado, pensar a reconciliação como uma estratégia política é muito complicado, porque, quando se tentou, sempre houve uma junção com a impunidade. Nos processos da América Latina, chama atenção a facilidade com que muitas igrejas têm

8 Joseph Ernest Renan (1823-1892): escritor, filósofo, filólogo e historiador francês. Sua influência foi grande sobre vários escritores dos finais do século XIX e inícios do século XX, tocando Paul Bourget (antes da sua reconversão ao catolicismo), Charles Maurras e Maurice Barrès. (Nota da IHU On-Line)

sido cúmplices dos piores momentos políticos dos países. Contudo, se apressaram em falar de reconciliação e perdão, pedindo que as vítimas perdoem. Cabe pensar que estas são formas de impunidade. Não obstante, para além do abuso dos conceitos de perdão e reconciliação, a memória é o início de um processo que deve incluir a consideração da reconciliação e do perdão.

IHU On-Line - Como escapar da injunção memória/ressentimento, quando a memória é exacerbada?

Reyes Mate - A memória é utilizada, muitas vezes, como o combustível do ressentimento. Quantas guerras aconteceram em função de feridas históricas recuperadas pela memória... Na ex-Iugoslávia, o que aconteceu entre sérvios, herzegovinos e croatas se explica pelo poder da memória. Isso é indiscutível. A memória é ambígua e pode levar ao ressentimento. Fique claro que este não é um destino fatal da memória, porque creio que aquele que tenha compreendido uma única vez o que significa a injustiça feita às vítimas deveria entender-se com todas elas. Isso porque o fundamento dessa injustiça é o insuportável do sofrimento como arma política. Metz dizia que a memória das vítimas realmente se baseia na memória dos outros. Para exemplificar o que quero dizer, menciono o abraço que Arafat e Rabin se deram ao firmar o processo de paz na Palestina.

IHU On-Line - Há uma fascinação da Filosofia pela violência? Em que medida a constante rememoração da violência a solidifica ou alimenta?

Reyes Mate - A violência não é uma fascinação da Filosofia, mas da história da humanidade. Creio que a violência goza de grande prestígio. Nos livros fundantes do Ocidente, a *Iliada* e a *Bíblia*, abundam os exemplos de violência. Na *Bíblia*, vemos o primeiro caso de morte por assassinato. A *Iliada* é uma apologia da violência do começo ao fim. Quando se descrevem as feridas dos guerreiros, isso é pintado com cores tão extraordinárias que qualquer um não gostaria de ter essa sorte. Na *Iliada*,⁹ se apresenta

a ideia de que na guerra se põe à prova as grandes virtudes dos homens: o heroísmo e a coragem, mesmo que esses heróis tenham causado muita dor e sofrimento. Isso alcança inclusive a Teologia. Teilhard de Chardin,¹⁰ por exemplo, tem páginas arrepiantes sobre a importância da guerra.

Violência e democracia

A violência é, portanto, parte da história da humanidade. E, se não aprofundarmos o estudo da relação entre política e violência, não chegaremos a nenhuma conclusão. A violência não acaba com um sistema democrático. Um sistema democrático liberal pode gerar formas de violência extremamente sutis e reais. No último informe da Organização das Nações Unidas (ONU), fala-se nos efeitos que produzem as medidas dos organismos mundiais de economia, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse estudo pesquisa a relação entre medidas e efeitos em vidas e mortes, e calcula um total de 18 milhões de mortes por ano por miséria ou fome como consequência das medidas da globalização econômica.

mana” de Aquiles. O título da obra deriva do nome grego de Tróia, Ílion. A *Iliada* e a *Odisseia* são, geralmente, atribuídas a Homero, que se pensa ter vivido por volta do século VIII a. C., na Jônia (lugar que hoje é uma região da Turquia), e constituem os mais antigos documentos literários gregos que chegaram aos nossos dias. Ainda hoje, contudo, se discute a sua autoria, a existência real de Homero, e se estas duas obras teriam sido escritas pela mesma pessoa. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955): paleontólogo, teólogo, filósofo e jesuíta, que rompeu fronteiras entre a ciência e a fé com sua teoria evolucionista. O cinquentenário de sua morte foi lembrado no Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos de 16 a 19-05-2005. Sobre Chardin, confira o artigo de Carlos Heitor Cony, publicado nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu), de 16-06-2006, “Teilhard: o fenômeno humano. O jesuíta foi precursor do que foi chamado de evolucionismo cristão”. A edição 140 da IHU On-Line, de 09-05-2005, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Teilhard de Chardin: cientista e místico*. Confira, ainda, as entrevistas “Chardin revela a complicidade entre o espírito e a matéria”, publicada na edição 135, de 05-05-2005, e “Teilhard de Chardin, Saint-Exupéry”, publicada na edição 142, de 23-05-2005, ambas com Waldecy Tenório. Na edição 143, de 30-05-2005, George Coyne concedeu a entrevista “Teilhard e a teoria da evolução”. (Nota da IHU On-Line)

Isso é uma forma de violência que faz parte da reflexão sobre a violência e a política.

IHU On-Line - Tratar de ideias e remover os sofrimentos humanos a um segundo plano seria a sua maior crítica à Filosofia? Por quê?

Reyes Mate - A Filosofia tem um problema de origem. Rosenzweig,¹¹ inspirador da Filosofia de Lévinas,¹² dizia que a forma de organizar o conhecimento da Filosofia a transforma numa ideologia da guerra. Em sua opinião, para conhecer algo, a Filosofia deveria reduzir a realidade a um elemento que chamamos de o mais importante, depreciando todos os demais. O que devemos conhecer tem muitos aspectos, mas a Filosofia se empenha em ver tudo a partir de um desses aspectos que privilegia, chamando-o de essência. Esse caráter redutor da Filosofia, que é o modo conceitual de conhecer, reduz a complexidade a um único elemento, a essência. Isso é o que, segundo Rosenzweig, predispõe ou converte a Filosofia em ideologia da guerra. Esse único elemento pode ser algo ingênuo como a água nos tempos de Tales de Mileto.¹³ Entretanto, se a

¹¹ Franz Rosenzweig (1886-1929): filósofo judeu nascido na Alemanha, é autor de uma obra importante na qual se destacam *Der Stern der Erlösung* (A estrela da redenção) e *Judentum und Christentum* (Judaísmo e Cristianismo). Trabalhou com Martin Buber na tradução da Bíblia hebraica para o alemão. (Nota da IHU On-Line)

¹² Emmanuel Lévinas: filósofo e comentarista talmúdico, nasceu em 1906, na Lituânia e faleceu em 1995, na França. Desde 1930, era naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger cuja obra *Ser e tempo*, de 1927, o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza o pensamento de Levinas. Ele é autor *Totalité et infini. Essai sur l'extériorité*, livro que o consagrou e que foi traduzido para o português com o título *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). No Brasil, foram publicados, de Lévinas, entre outros livros, *Quatro leituras talmúdicas* (São Paulo: Perspectiva, 2003) e *De Deus que vem a ideia* (Rio de Janeiro: Vozes, 2002). Sobre o filósofo, conferir a edição número 277 da IHU On-Line, de 14-10-2008, intitulada *Lévinas e a majestade do Outro* (Nota da IHU On-Line).

¹³ Tales de Mileto (624 a.C. - 558 a.C.): primeiro filósofo ocidental de que se tem notícia, o marco inicial da filosofia ocidental. De ascendência fenícia, nasceu em Mileto, antiga colônia grega, na Ásia Menor, atual Turquia. Apontado como um dos sete sábios da Grécia Antiga, foi o fundador da Escola Jônica. Tales

Filosofia reduz todo o mundo a um único elemento, que seria a água, pode acabar reduzindo todo um povo a um conflito entre sangue e terra. A Filosofia não admite matizes, o que se expressa de muitas formas. Quando se fala em direitos humanos, se projeta um homem com direitos, que nasce igual, livre e com direitos inatos. Acontece que esse homem pensado pelos direitos humanos tem o inconveniente de não existir. É um sujeito transcendental, um construto ideal. Por outro lado, os direitos humanos dizem que é muito importante que exista esse construto, uma vez que obrigamos a que a situação concreta dos homens avance. Isso está correto, mas existe um inconveniente: se construímos os direitos humanos sobre um homem que não existe, que é pura ficção filosófica, depreciamos realmente a significação do homem concreto que vive na desigualdade e na escravidão. O preocupante é a incapacidade da Filosofia por dar significação filosófica ao concreto e então ela escapa criando um construto no qual nos reconciliamos todos. Esse é o maior problema da Filosofia, detectado por Rosenzweig e o qual eu também aponto.

LEIA MAIS...

>> Reyes Mate já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Dele também publicamos diversos artigos. Confira o material na nossa página eletrônica (www.unisinos.br/ihu).

Entrevista

* *O campo de concentração está se convertendo no símbolo da política moderna.* Edição número 160, de 17-10-2005, intitulada *Os desafios da justiça e as políticas para uma cultura da paz*;

Artigos

- * *A autoridade da memória.* Publicado nas *Notícias do Dia* em 17-09-2008;
- * *A violência que nos amarra.* Publicado nas *Notícias do Dia* em 05-07-2008;
- * *Vítimas e mártires.* Publicado nas *Notícias do Dia* em 11-05-2007.

considerava a água como sendo a origem de todas as coisas. E seus seguidores, embora discordassem quanto à “substância primordial” (que constituía a essência do universo), concordavam com ele no que dizia respeito à existência de um “princípio único” para essa natureza primordial. (Nota da IHU On-Line)

Terra Habitável

Rio Grande do Sul: um imenso canavial?

Para o ecólogo Felipe Amaral, a extensão de cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul tem como objetivo único beneficiar as empresas envolvidas no projeto

POR PATRICIA FACHIN

“O mais temerário é utilizar solos férteis para produção de cana-de-açúcar, suprimindo áreas que historicamente foram ocupadas pela pecuária, laticínios e agricultura de alimentos”, diz o ecólogo Felipe Amaral, ao comentar o resultado do zoneamento agrícola realizado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), referente à expansão de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Sul.

Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele questiona os benefícios desse modelo de cultivo: “Que vantagens pode existir numa cultura que foi a força motriz do Brasil Colonial?”. Para Amaral, em pleno século XXI, estamos revivendo a história responsável pela desigualdade social do país. “Depois de alguns anos confinado aos seus latifúndios, pelos impactos sociais e ambientais de seu modelo de produção e reprodução da cultura da miséria, o senhor do engenho está dando as cartas, e me pergunto: quem será o capitão do mato?, pois os escravos modernos eu sei quem são.”

Ao comentar os argumentos econômicos e a promessa de emprego que pode surgir com a expansão da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul, ele usa como exemplo localidades onde o cultivo já uma realidade. “As pessoas estão dispostas a trabalhar porque não existe outra oportunidade.” Além do mais, enfatiza que os monocultivos em grande escala destinam-se para o mercado externo, causam impactos ambientais e tem um custo social bastante elevado.

Bacharel em Ecologia, pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e especialista em Gestão Ambiental, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Felipe Amaral é educador ambiental, secretário executivo do Instituto Biofilia e comentarista de Política Ambiental da *Agência de Notícias Chasque*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Recente estudo desenvolvido pela Unicamp e Embrapa aponta o Rio Grande do Sul como o estado de maior vocação agrícola para o plantio de cana-de-açúcar, especialmente devido à mudança climática. O senhor concorda com

esse parecer?

Felipe Amaral - O zoneamento agrícola realizado pelo Departamento de Gestão de Risco Rural, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem o objetivo de iden-

tificar os municípios aptos e os riscos climatológicos da cultura de cana-de-açúcar. O documento (Portaria Nº 54) especifica os tipos de solos aptos de acordo com as características de retenção de água, os períodos de plantio com base nos dados climatológicos dos últimos, as cultivares indicadas, a produtividade, o nível tecnológico e o relevo. A portaria teve como base os estudos desenvolvidos pela Embrapa Clima Temperado, Fepagro e Emater, utilizando novas variedades. Ao que tudo indica, os resultados foram satisfatórios, mesmo com o clima adverso. Segundo os pesquisadores, este trabalho teve início em 2007, resgatando pesquisas paradas, financiadas em 1982 pelo programa Pró-Álcool. A questão das mudanças climáticas é uma análise que devemos fazer mais profundamente. Que mudanças são estas? Isso porque as mudanças climáticas estão realmente em processo, sempre estiveram. Estamos acelerando os ciclos naturais, mas não realizamos a mudança comportamental. Pensar que podemos substituir a base fóssil por uma base agrícola é adiantar o processo geológico. O combustível fóssil é originário de uma grande floresta que foi colocada sobre determinadas condições geológicas e de tempo geológico, que agora usamos como energia; a energia da lavoura é o processo contido em apenas uma safra. Mas esta energia é gasta e consumida da mesma forma que a fóssil. Se pretendemos mudar a matriz, também devemos mudar hábitos impostos pelo padrão de consumo dos mais ricos. Não estou pregando a ideologia da pobreza, mas a racionalização da natureza.

IHU On-Line - Do ponto de vista econômico, a expansão é viável?

Felipe Amaral - A expansão da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul é viável do ponto de vista econômico, que sempre foi o foco da questão. A pesquisa está voltada para “domar” as variáveis climáticas e ambientais, para se adaptar se apropriando dos sistemas biológicos e naturais. O sistema agrônomo de produção de monocultivos em escala industrial se viabiliza por seu caráter artificial, e a terra é apenas um subs-

trato para o crescimento das plantas, que são altamente estimuladas por insumos. Isso funciona como um meio de cultura, como em um laboratório, onde são colocados todos os nutrientes necessários e as culturas se desenvolvem artificialmente. Isto é o agronegócio, um grande meio de cultura fotossintética. A cana-de-açúcar é uma espécie tropical com bom desenvolvimento em regiões mais quentes, mas o ideal são estações quentes e úmidas para estágios iniciais e, posteriormente, frias e seca para a produção de sacarose.

“Depois de alguns anos confinado aos seus latifúndios, pelos impactos sociais e ambientais de seu modelo de produção e reprodução da cultura da miséria, o senhor do engenho está dando as cartas, e me pergunto: quem será o capitão do mato?, pois os escravos modernos eu sei quem são”

Na realidade, este zoneamento serve para incluir o Rio Grande do Sul no rol dos estados que têm políticas públicas destinadas para a produção da cana-de-açúcar; estimular a produção de matéria-prima agrícola para o pólo industrial de beneficiamento de lavouras que se pretende implementar. Isto implica em financiamentos e seguros agrícolas. Devo concluir que o que

menos importa é o clima ou o solo. Se existirem seguro e financiamentos públicos, o agronegócio se desenvolve antes mesmo de um pé de cana ser plantado.

IHU On-Line - O solo do Rio Grande do Sul é apto à produção de cana-de-açúcar? Que região do estado pode absorver essa produção?

Felipe Amaral - O documento publicado no dia 17 de abril no Diário da União (Portaria Nº45) traz uma tabela indicando os 182 municípios considerados aptos para o cultivo de cana-de-açúcar com fins de produção de etanol e açúcar, e 216 municípios autorizados a plantar cana-de-açúcar para outros fins, como a fabricação de água ardente e forragem animal. São cerca de 80% dos municípios gaúchos que podem plantar nesta safra 2008/2009. Diz o documento que áreas de preservação legal, com declividade acima de 12% e destinadas a cultivos de grãos estão fora, não podem ser plantadas. O setor empresarial diz utilizar a colheita mecânica, o que não pode ser feito em grandes declives. Entre a soja e cana-de-açúcar, no caso de terras para grãos, o proprietário investe na soja. Mas o que mais preocupa é que não serão somente proprietários com maquinário que podem “se jogar” nessa armadilha da agroindústria energética e de matérias-primas. Depois das áreas liberadas, o cultivo fica livre e se planta onde for necessário. Para ter uma ideia, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paraíba, que são o berço da produção de leite e carne mineira, os canaviais foram avançando sobre as pastagens, e, entre 2003/2005, houve uma queda de 448 mil cabeças de gado. No Oeste Paulista, a produção de leite teve uma queda de 34 milhões de litros no mesmo período. O solo aqui no Rio Grande do Sul dá suporte para alimentação, porque nossa matriz econômica é a produção agrícola, desde os monocultivos comestíveis, de grãos, frutas e legumes, até a agricultura familiar e orgânica. O mais temerário é utilizar solos férteis para produção de cana-de-açúcar, suprimindo áreas que historicamente foram ocupadas pela pecuária, laticínios e agricultura de alimentos.

IHU On-Line - A expansão do plantio representa que vantagens e impactos para o Estado?

Felipe Amaral - Que vantagem pode existir numa cultura que foi a força motriz do Brasil Colonial? Isto demonstra nossa incapacidade de descolonizarmos. Imagine que, na época do engenho, a mão-de-obra escrava garantia o sustento das colônias, logo o eixo produtivo foi para o café. Nos anos 1980, o pró-alcool trouxe a glória dos senhores de engenhos modernos, às custas da mão-de-obra boia-fria, e muitas vezes escrava, pois, por incrível que pareça, a escravidão ainda resiste nos latifúndios deste país e o Ministério do Trabalho está em ativa ação para combater este crime bárbaro. Mas, em pleno século XXI, o senhor do engenho está novamente com seu *status* elevado, com políticas setoriais específicas, incentivos fiscais e todo aparato estatal disponível. Depois de alguns anos confinado aos seus latifúndios, pelos impactos sociais e ambientais de seu modelo de produção e reprodução da cultura da miséria, o senhor do engenho está dando as cartas, e me pergunto: quem será o capitão do mato?, pois os escravos modernos eu sei quem são.

Cuba teve sua base econômica na cana-de-açúcar, fornecendo para a então União Soviética, através de preços subsidiados. Outros países caribenhos, como a Jamaica, também tiveram base econômica neste cultivo, e todos por motivos distintos entraram em colapso. Cuba agora está com um programa para incentivar a produção de alimentos em sistemas ecológicos e recuperação de terras degradadas pelos canaviais. É interessante observar que nenhum destes exemplos citados são países centrais ou ricos, com pujança econômica, muito pelo contrário: são países que perderam oportunidades de investir em outras alternativas e agora estão buscando recuperar o tempo perdido. No Brasil, podemos ver exemplos clássicos da brutal exclusão e *apartheid* social promovido pela cana-de-açúcar, basta olhar para o interior mineiro e paulista, onde há muita terra para poucos e poucas oportunidades para muitos.

Quando o argumento é econômi-

co, que poderia viabilizar a geração de emprego e renda, faça um teste: saia à rua e pergunte, para qualquer um que busca emprego, se ele gostaria de ser boia-fria. Em regiões onde é possível ver este trabalho, as pessoas estão dispostas a trabalhar porque não existe outra oportunidade, ou seja, são pobres, miseráveis. Mas a dúvida é referente ao que veio primeiro: a miséria ou a cana-de-açúcar? Eu tenho certeza de que a miséria é a condição imposta pela cana-de-açúcar para garantir sua viabilidade, produção e mão-de-obra.

IHU On-Line - Qual é o custo social das monoculturas?

Felipe Amaral - São monocultivos em grande escala destinados na sua grande maioria para o mercado externo. Os impactos não são somente ambientais, isso porque existem impactos sociais

“Saia à rua e pergunte para qualquer um que busca emprego, se ele gostaria de ser boia-fria”

graves e que estão colocando em risco a soberania alimentar e a sustentabilidade produtiva dos agricultores de alimento e outros pequenos agricultores. O custo social desta produção é elevado demais. Quantos empregos são gerados na lavoura de eucalipto? Um para cada 120 hectares. Na região de Ribeirão Preto, um trabalhador chega a cortar até 12 toneladas de cana-de-açúcar por dia. Isto é trabalho? Enquanto a indústria sucroalcooleira recebe recursos públicos para investir em equipamentos, os trabalhadores morrem por exaustão nas lavouras. Na região Amazônica, os municípios que mais desmataram são os mesmos que registraram trabalho escravo. A chegada de agroindústrias em pequenos e médios municípios tem alterado a di-

nâmica urbana, forçando o sistema de serviços públicos — esgoto, saúde, escola — e de infraestrutura, e esta obrigação recai sobre a gestão municipal local. Além disso, os impactos ambientais da cana-de-açúcar estão expostos na contaminação do solo e dos corpos hídricos, na devastação da vegetação nativa, na alteração da paisagem, na redução de áreas de vida para a fauna e na poluição atmosférica gerada pelas queimadas.

A queimada elimina até 90% do volume de palha, o que facilita o corte manual e reduz o volume no transporte. Nos períodos de queimada, a população sofre com doenças respiratórias. Existe alteração no microclima, ficando mais quente e seco, além de aumentar significativamente o consumo de água. Existem regiões onde a cana-de-açúcar está consolidada, e as escolas fecham em períodos críticos e estradas são interrompidas pela dificuldade de trafegar com a fumaça.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a nova promessa da revolução verde no Rio Grande do Sul, que tem em sua base a cana-de-açúcar, o álcool e a bioenergia?

Felipe Amaral - Realmente, é uma nova revolução verde, bastante semelhante àquela inaugurada nos anos do pós-guerra, com os venenos que estavam sobrando nos estoques das multinacionais do terror químico e biológico. Estas multinacionais ainda estão por aí em atividade, desenvolvendo e aprimorando seus mercados, negócios e técnicas, e, acima de tudo, suas alianças. Os conselhos deliberativos, como CTN Bio,¹ conselhos de meio ambiente nacional e estadual, estão tomados de representantes das empresas com

¹ CTN Bio: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Instância colegiada multidisciplinar, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados. (Nota da IHU On-Line)

pró-labore, desta forma garantindo seus interesses, enquanto que representatividades da sociedade civil, fora os patronais, ficam fragilizadas. Outra coisa que “me provoca” muito estranhamento e desconforto é o termo bioenergia. Inicialmente, a política de produção de combustível a partir de espécies vegetais era uma opção destinada a pequenos proprietários. Esta política apresentaria o biocombustível produzido de forma sustentável, garantindo soberania energética das propriedades. Quando essa política efetivamente foi aplicada, grandes corporações, oligarquias locais e industriais se apropriaram e dominaram o mercado. Este é o agrocombustível. Existe uma distinção entre agrocombustíveis e bicomcombustíveis, que está diretamente relacionada ao modelo de produção. Quanto à preocupação do Estado, se analisarmos o Plano Plurianual de Energia Elétrica 2008/2017,² podemos ver que a diversificação é, como tenho dito, a colcha de retalhos da insustentabilidade – carvão, nuclear, mega-hidrelétricas, enfim. A questão é: diversificar pra quem? Quem consome a energia gerada?

Revolução verde ou revolução branca?

Na verdade, esta revolução não muda nada. Para ser revolução, são necessárias mudanças. Esta revolução é o aprimoramento da primeira, que tinha como base a química. Agora a revolução é da biotecnologia, da transgenia. As duas revoluções são brancas, visto que têm origem em laboratórios. O conceito de meio ambiente e sustentabilidade ficou associado à eficiência ambiental dos processos de produção e insumos, sendo assimilado e utilizado por alguns setores da sociedade de forma distinta. As alternativas propostas como solução para o perigo do aquecimento dos combustíveis fósseis estimularam um novo mercado, sem

² Plano Plurianual de Energia Elétrica 2008/2017: sobre esse tema, confira nas Notícias do Dia do sítio do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) (www.unisinos.br/ihu), as entrevistas “É essencial mudar”, com Philip Fearnside, publicada em 27-03-2009, e *Brasil: um país cheio de energia. Mas qual é o destino de toda essa energia?*, realizada com Célio Bermann em 03-04-2009. (Nota da IHU On-Line)

“A dúvida é referente ao que veio primeiro: a miséria ou a cana-de-açúcar? Eu tenho certeza que a miséria é a condição imposta pela cana-de-açúcar para garantir sua viabilidade, produção e mão-de-obra”

solucionar a origem do problema. Desta forma, surgem os acordos internacionais que estabelecem mecanismos de desenvolvimento limpo, é isto o que temos efetivamente de Kyoto: novos mercados através de MDL³ e Mercado de Carbono.⁴ Este é outro capítulo, sinistro. Meu trabalho é voltado para a possibilidade de criar cultura ambiental, a cidadania ambiental. Penso que a terceira via é a do o ambientalismo. E aí está a tal revolução, que envolve a cultura, que, por sua vez, estabelece e orienta a técnica, ambas voltadas para o ambiente. Não a revolução da indústria ou modernização ecológica orientada pelos comerciais, ambas voltadas para o consumo.

³ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL): um dos mecanismos de flexibilização criados pelo Protocolo de Kyoto para auxiliar o processo de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou de captura de carbono (ou sequestro de carbono) por parte dos países do Anexo I. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Mercado de Carbono: créditos de carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) são certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE). Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivalente corresponde a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. A redução da emissão de outros gases que também contribuem para o efeito estufa também pode ser convertidos em créditos de carbono, utilizando o conceito de Carbono Equivalente. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Qual sua avaliação em relação aos conflitos entre trabalhadores da Braskem, o governo e a empresa? Como explicar que uma empresa que tem recebido apoio do governo está demitindo trabalhadores?

Felipe Amaral - Todo este processo de liberação de áreas para a produção de cana-de-açúcar é feito se pensando no fornecimento para a planta industrial. Depois de investir em ampliação, com dinheiro público, a empresa deve providenciar fornecedores. Voltando aos empregos gerados, como uma empresa que pretende ampliar as ofertas de emprego com mais uma variedade de monocultivos e agromercado industrial, investir em tecnologia de ponta, após receber incentivos governamentais, demite funcionários? Que garantias são estas? Que investimentos são estes, que tiram o trabalho? Enquanto fatura alardeando empregos e investimentos no departamento de mídia, o Recursos Humanos está cheio de rescisões. Existe alguma coisa errada nessa lógica de investimento estatal. Eu não explico; quem deve alguma explicação é o governo que toma isto como política pública.

IHU On-Line - Quais as diferenças entre o plástico tradicional e o plástico feito a partir de etanol? Este último traz mudanças significativas no que se refere à questão ambiental como a decomposição, por exemplo? É viável criar um plástico ecológico?

Felipe Amaral - A empresa desenvolveu um polímero, o polietileno, a partir do etanol da cana-de-açúcar, e este produto tem as mesmas características do plástico produzido com petróleo. Além disso, tem grande aceitação nos mercados de embalagens, automobilístico, de cosméticos e higiene. A empresa pretende produzir 200 toneladas ao ano, com faturamento de 400 milhões de dólares/ano segundo dados da própria instituição. Mas devemos estar atentos ao fato de que este plástico não é tão verde quanto se está falando. Nem biodegradável ele é, e por este motivo não pode ser reciclado. Normalmente, os plásticos biodegradá-

veis e os oxibiodegradáveis não podem ser incorporados aos processos de reciclagem, pois o produto final fica prejudicado em termos de qualidade e durabilidade, visto que é feito com material que se degrada com o tempo. Os biodegradáveis são produzidos a partir de matérias-primas vegetais, como a beterraba, milho, e batata e são decompostos por agentes biológicos. Por sua vez, os oxibiodegradáveis são decompostos em contato com o ar. Isto na realidade cria um problema, pois implica somente em desfazer o produto, e todos os compostos contaminantes estariam no ambiente, agora fracionados. Então, a reciclagem de plástico é feita com material de base no petróleo, e agora com etanol da cana-de-açúcar, visto que ele não é biodegradável. A atribuição de “verde” foi dada porque sua fonte de matéria-prima é a lavoura de cana-de-açúcar, o que é um grande equívoco. Lavouras que têm como função abastecer a indústria de energia ou de insumos industriais para bens de consumo, como é o caso da soja para o agrodiesel e a cana-de-açúcar para o álcool, não podem ser renováveis. Uma lavoura que está colocada em área onde anteriormente havia vegetação nativa, matas, pode ser renovável? Uma lavoura que para operar utiliza grande quantidade de insumos químicos e venenos pode ser renovável? Nem mesmo o solo fica de fora: ele não é renovável quando utilizado em escala agroindustrial. Toda a cadeia opera com energia fóssil – preparo de terra, insumos agrícolas, colheita, transporte, estocagem, mistura, distribuição e processamento. O que existe de renovável nisto é a energia solar, único componente realmente sustentável e renovável desta cadeia produtiva. Com “este papo” de renovável, o Brasil pretende ser o fornecedor mundial de agroenergia, com base na cana-de-açúcar e na soja. Existem estimativas de que, para atender a demanda mundial de etanol e açúcar, o país necessite dobrar sua área de plantio até 2015, chegando a 12 milhões de hectares. Para o diesel a partir de oleaginosas, a previsão é ter mais 20 milhões de hectares, além das já cultivadas. Até 2035, mais de 900 usinas grandes, produzirão 100 milhões de litros ao ano de diesel vegetal. Isto não tem nada de renovável ou sustentável. Hoje, existe uma grande coalizão mundial que surgiu em torno das demandas provenientes do aquecimento global, e este grupo é capitaneado pela indústria de agroquímicos, de sementes, pela indústria automotiva, do petróleo e processamento e distribuição de alimentos. Este é o grupo que impõe estes rótulos verdes, e que comanda as políticas.

LEIA MAIS...

>> Amaral já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Ela está disponível na página eletrônica do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Entrevista:

* *Metade Sul do RS: esquecida pelo governo, suprimida pela celulose*. Publicada em 19-08-2008 nas Notícias do Dia.

LEIA A ENTREVISTA DO DIA NAS NOTÍCIAS
DO DIA DO IHU EM
WWW.UNISINOS.BR/IHU

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 27-04-2009 a 02-05-2009.

A concentração da propriedade e os excluídos da comunicação

Entrevista com Washington Uranga

Confira nas Notícias do Dia 27-04-2009

Ao conceituar a política como arte, o jornalista argentino analisa atualidade política e social na América Latina, trazendo questões importantes para refletirmos sobre o cenário comunicacional em profunda mutação.

“A diminuição da violência no campo passa impreterivelmente pela Reforma Agrária”

Entrevista com Eduardo Girardi

Confira nas Notícias do Dia 28-04-2009

Para o geógrafo que propôs uma cartografia crítica para o desenvolvimento da questão agrária brasileira, só a Reforma Agrária e políticas especiais podem construir um país com menos desigualdade e contradições.

Mudanças no Código Florestal: “Isto é suicídio ecológico”

Entrevista com Rubens Nodari

Confira nas Notícias do Dia 29-04-2009

Para o agrônomo, o Ministério da Agricultura, com a intenção de mudar o Código Florestal do país, está contribuindo ainda mais para a degradação ambiental. Segundo ele, “o que Santa Catarina fez é parte de uma orquestração nacional muito maior” e foi conduzida, principalmente, pelos latifundiários que representam 1,9% da população do estado, mas ocupam 1/3 do território.

Trabalho e crise no RS

Entrevista especial com Ricardo Franzoi

Confira nas Notícias do Dia 30-04-2009

Para o economista, a crise afetou, principalmente, aqui no Rio Grande do Sul, os postos de trabalho na indústria, um setor conhecido pela qualidade no que diz respeito à qualidade da oferta de trabalho. O emprego na indústria “se tornou o efeito mais grave da crise no estado”, disse.

“O governo gaúcho está andando na contramão”

Entrevista especial com Milton Viaro

Confira nas Notícias do Dia 01-05-2009

A solução para a crise pode, segundo o sindicalista, beneficiar a sociedade. “O programa de construção de um milhão de moradias tem como perspectiva atender uma demanda fundamental da sociedade, podendo gerar emprego e distribuição de renda. A sociedade pode sair ganhando desse processo”, afirmou.

Gripe suína: “A população sente-se enganada e cresce a fúria social”

Entrevista com Jenaro Villamil

Confira nas Notícias do Dia 02-05-2009

Falta de transparência, omissões, informações desencontradas e uma população desorientada e amedrontada. É dessa forma que se encontram os mexicanos acerca da epidemia do vírus da gripe suína. A população sente-se enganada pelo governo e cresce a fúria social. A afirmação é do jornalista mexicano, colaborador do jornal *La Jornada* e repórter da revista *Proceso*.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu. Publicada em 30-04-2008

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

Leia as Notícias
do Dia em
www.unisinos.br/ihu



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Eventos da Semana

Malthus e Ricardo no EAD em Economia

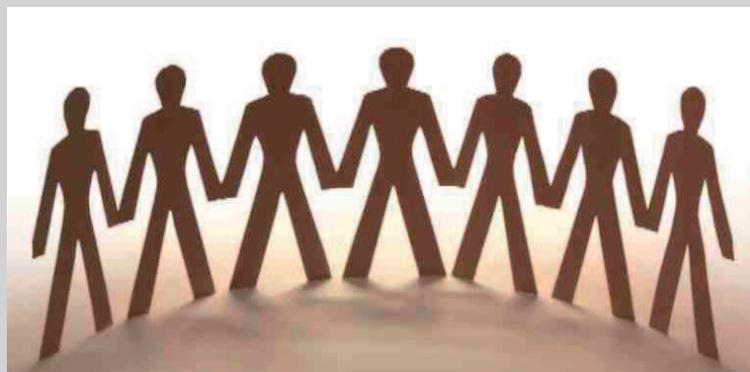


Realizar uma discussão sistemática sobre economia e política relacionada a autores clássicos e contemporâneos da economia, desenvolvendo assim uma visão da economia clássica e suas implicações no cotidiano, é um dos objetivos do Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo é o tema de discussão do segundo tópico do Ciclo, que inicia em 04-05-2009 e encerra no dia 23-05-2009, e analisa as obras do economista britânico Thomas Robert Malthus (1766-1834) e de um dos representantes da economia política clássica, David Ricardo (1772-

1823). Ao longo do ano, serão debatidos mais dois tópicos de estudo no primeiro semestre, e quatro no segundo semestre de 2009. Outras informações podem ser obtidas na página eletrônica do IHU (www.unisinos.br/ihu).

IHU Ideias

No próximo dia 7 de maio, quinta-feira, o tema: “Iguazinho a mim, só que melhor” – a identidade virtual nos blogs será debatido durante o evento **IHU Ideias**, promovido pelo IHU, das 17h30min às 19h. A palestrante será a Prof. Dra. Suely Fragoso, do PPG em Comunicação da Unisinos. O assunto que ela desenvolverá foi tema da edição passada da revista **IHU On-Line** número 290, intitulada *Twitter, Facebook, My Space e Orkut. As redes sociais na web*. Entrevistada na referida edição, Suely afirma que o “novo modelo distributivo da comunicação em redes digitais implica uma alteração importante, cujos desdobramentos ainda estamos tentando compreender”. As redes sociais na web, explica, são bastante utilizadas para manter laços sociais que já existem, e bem menos para conhecer novas pessoas. “Parece que as ferramentas digitais para interação social têm sido mais utilizadas para o fortalecimento e a expansão das ‘velhas’ redes sociais do que para a criação de novas”, assinalou.



A função social da posse

Também na quinta-feira, dia 7 de maio, o Prof. Dr. Jacques Távora Alfonsín, coordenador da ONG Acesso – Cidadania e Direitos Humanos e integrante da Rede Nacional de Advogados Populares – Renap, estará apresentando o tema “A função social da posse. Um lugar para o povo pobre nas cidades”, durante o evento **IHU em Movimento – Direito em Debate**, realizado em parceria com o DA do curso de Direito, no Auditório Maurício Berni da Unisinos. Em breves palavras, Alfonsín adianta o tema aos leitores e às leitoras da **IHU On-Line**: “Existe uma histórica polêmica entre os juristas sobre se a posse de uma determinada coisa é puro poder de fato ou se chega a ser direito. A esmagadora maioria deles afirma que é somente poder de fato. Na minha intervenção, pretendo sustentar que, pelo menos no caso de ela sujeitar um espaço físico indispensável de moradia (terra de favela, por exemplo), ela pode e deve, sim, ser respeitada como direito. O problema que, em tal sujeição, ela geralmente conflita com o direito de propriedade de outrem, sobre a mesma coisa, no caso, a terra. A solução desse conflito, então, não pode obter outra saída que não a de se conferir em que medida a função social que essa posse revela merece proteção e defesa preferencial em concurso com a do direito de propriedade. Aí vou explorar o fato desta função ser tão pouco considerada na maioria das ações judiciais que envolvem posse e propriedade”.

PARTICIPE DOS EVENTOS DO IHU

WWW.UNISINOS.BR/IHU

>> ERRATA

Na última edição da IHU On-Line, número 290, de 20-04-2009, foi suprimido um trecho importante da quarta resposta da entrevista com Patricia Fagundes, sobre o tema da liderança e da gestão de grupos. O corte, realizado na página 33, por motivo de edição, acabou alterando o sentido do que a entrevistada quis dizer. A íntegra da resposta está disponível em www.unisinos.br/ihu nas versões da revista em HTML, PDF e FLASH e a seguir.

IHU On-Line - Liderança não é, portanto, apenas uma qualidade que *a priori* certas pessoas têm e que pode ser mensurada? A capacidade de liderar depende do quê?

Patrícia Fagundes - Ao analisarmos as quatro abordagens teóricas clássicas sobre liderança, podemos observar que todas convergem quanto a um pressuposto de liderança: o líder é um indivíduo diferente dos liderados, que são iguais entre si, e que ocupa um lugar legitimado e com maior poder conferido pela estrutura hierárquica da organização. As diferenças entre tais abordagens centram-se na forma como esse líder se apropriará do lugar de poder, qual característica de comportamento deverá privilegiar para seu desenvolvimento e de que forma irá envolver seus liderados. Resguardadas as variações, em relação à ênfase na relação entre líder e liderados, a maior ou menor amplitude na consideração aos aspectos contingenciais, há, unanimemente, um pressuposto radial dominante na compreensão da liderança. É necessário, portanto, a discussão dos pressupostos filosóficos, sociológicos, psicológicos que tendem a colocar na centralidade do tema liderança o indivíduo-líder, mesmo quando considera os liderados e a situação que os envolve. Nossa proposta, ao sublinhar essa perspectiva coletiva do exercício da liderança, é de compreendê-la de forma processual, contextual e epistêmica, sobretudo ao situá-la no ambiente intraorganizacional. Nesse ambiente, por mais que haja um lugar de poder hierárquico superior a todos, como por exemplo, de um presidente, facilmente verificamos um conjunto de indivíduos-líderes, com maior ou menor poder outorgado que, no exercício de seus ofícios, inevitavelmente tecem uma rede interdependente por onde a liderança se consolida como produto e processo coletivo.

Ou seja, a capacidade de liderar depende do contexto na qual é exercida e das inter-relações que se estabelecem, não apenas entre líder e liderados, mas entre todos os atores que interagem na organização e compartilham a sua cultura, o planejamento estratégico da empresa e demais fatores organizacionais e sociais que permeiam esse cenário: líder-liderados, liderados-liderados, líder-líderes (pares e superiores hierárquicos). É nesse movimento de interações entre os atores que tecem a rede organizacional que a liderança produz e é produzida. Portanto, embora as qualidades do indivíduo-líder seja uma das variáveis que atravessa a relação de liderança, não é a única ou a determinante neste processo de inter-relação.

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE
WWW.UNISINOS.BR/IHU

Perfil Popular

Nestor Moraes

POR GRAZIELA WOLFART | FOTOS GRAZIELA WOLFART | ARQUIVO PESSOAL

Os sonhos não conhecem obstáculos. Esta frase otimista não apareceu aqui em vão. Ela é o lema de vida de Nestor Moraes, vereador, empresário e deficiente físico que vive em São Leopoldo, mas nasceu em Morro Reuter-RS. As limitações físicas nunca foram impedimento para este homem que tem uma das histórias de vida mais fascinantes que a editoria Perfil Popular desta revista já publicou. Leia, a seguir, a trajetória de um verdadeiro lutador, que não tem limites para ajudar os outros e ser feliz.

De origem alemã, Nestor Moraes nasceu na localidade de Picada São Paulo, no interior do município de Morro Reuter-RS. Na família, eram dez irmãos e, desses dez, seis são deficientes físicos, inclusive Nestor. Quatro andam de cadeira de rodas e dois caminham com dificuldade. Nestor parou de caminhar com 17 anos. A deficiência veio de nascença. Ele explica que é uma deficiência genética, não sanguínea e que tem origem no núcleo da célula da medula central. “Tanto a mãe como o pai tiveram deficiência nesta célula e eles se encontraram. É um caso raríssimo, pode ser que seja o único no Brasil e até no mundo.”

Nestor Moraes tem a sua história de vida contada no livro *Os sonhos não conhecem obstáculos*, escrito por Wilson Amaral e publicado em 2005 pela editora Laboratório do Livro, de Porto Alegre. O título da obra é o lema de vida de Nestor. “Essa frase se encaixa bem na minha vida. Tudo o que eu fiz desde a infância é vencer desafios.”

O sonho de Nestor sempre era ser jogador de futebol. Mas com 5, 6 anos

ele ainda não entendia o que era ser deficiente. “A gente morava na colônia, não tinha assistência, não tinha médico. Com o tempo, descobri que a deficiência era uma coisa séria e vi que meu sonho de ser jogador começou a ir para longe”, conta.

Quando começou a usar a cadeira de rodas, aos 17 anos, ele já tinha muito forte a vontade de querer crescer na vida. Sempre foi um aluno destacado, preocupado em ter mais conhecimento. “Eu fazia uma média de 7 a 8 horas por dia de leitura. E isso me possibilitou um conhecimento bastante amplo.”

Nestor morou com pais até os 17 anos, e viu que futuro na colônia ele não iria ter. “Daí decidi vir para São Leopoldo, em 1973, pois eu tinha familiares morando aqui. Cursei o segundo grau na Escola Pedro Schneider, o ‘Pedrinho’. Depois, iniciei o curso de Ciências Físicas e Matemáticas na Unisinos, por dois ou três anos. E daí comecei com a minha empresa, a Eletrosinos, e me tornei empresário. Dei um tempo no estudo e esse ‘tempo’ dura



até hoje”, confessa. Nestor se deu bem com a empresa, que se tornou conceituada em São Leopoldo e no Rio Grande do Sul. Viajou todo o Estado, cidade por cidade, para ganhar clientela. Nunca deixou de se aperfeiçoar como empresário. E já recebeu vários prêmios de destaque empresarial, de homem de sucesso e de cidadão leopoldense, entre outros.

No esporte, Nestor também se destacou. Considerado um dos esportistas mais acentuados em São Leopoldo, está sempre participando dos treinos e jogos. Atualmente, é representante do Internacional em São Leopoldo.

Mas o que mais gratifica Nestor é poder trabalhar pelas pessoas com deficiência. É uma luta de mais de 30 anos, que o fez abandonar sua carreira de empresário e entrar na política, para defender essa causa. Desde janeiro deste ano, ele assumiu o primeiro mandato como vereador em São Leopoldo. “Por muito tempo, o deficiente foi excluído da sociedade. Eu quis mostrar o que é realmente ser um deficiente: as dificuldades, as barreiras

ras, e tudo o que eu enfrentava. Há 30 anos, não dá para comparar o que a gente enfrentava. Não tinha acesso de ônibus, não tinha acesso aos prédios, às calçadas, às escolas. A própria Unisinos não tinha nada. Quando eu estudei lá, meu irmão tinha que me carregar no colo um bom pedaço onde eu não podia andar de cadeira. Eu sempre usei essas dificuldades e barreiras para transpô-las, enfrentei tudo para chegar onde estou hoje”, relata.

Nestor defende que essa luta é muito válida, porque, segundo ele, todos nós, um dia, seremos deficientes. “Quando chegarmos aos 70, 80, 90 anos, vamos portar deficiências: pode ser física, visual, auditiva. Todos nós temos alguma relação com algum deficiente, nem que seja na nossa família, um avô, uma avó. Eu penso que quem é deficiente é a sociedade, não eu. Se construo uma casa para mim, com certeza não vou colocar escadaria. Uma pessoa que constrói uma casa com escada não faz isso para ela no futuro. A nossa sociedade tem que mudar essa concepção. Ela tem que ser adaptada para todos. Uma escada ou uma rampa dão acesso da mesma forma. E nós temos esse direito”, argumenta.

Nestor acredita que as próprias famílias criam barreiras, porque não aceitam ter um filho deficiente. Para ele, o preconceito começa em casa. “E daí chega na sociedade e é apontado como ‘coitadinho’. Não é dessa maneira que temos que pensar. Ser diferente é ser igual também. A mídia, a imprensa, as novelas, tudo está enfatizando a questão do deficiente, e com mais respeito e dignidade. Somos 14% da população brasileira. É muita coisa! Hoje, as drogas provocam um número incrível de deficientes em acidentes de carro, acidentes de trabalho. A pessoa não morre, mas fica gravemente ferida. Muitas vezes perde uma perna, um braço ou fica com outro tipo de seqüela. Alguém tem que se preocupar com isso. E, enquanto eu respirar, vou continuar fazendo a minha parte, nem que seja pouco”. Nestor enfatiza que não entrou na política para ter benefício próprio. “Se



SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 100 ANOS DO SPORT CLUBE INTERNACIONAL

fosse para ganhar dinheiro, eu continuava como empresário e teria mais do que como vereador. Mas apareceu essa oportunidade para mostrar que nós também podemos participar da política. E eu luto não apenas pela causa dos deficientes, mas também defendendo os direitos do empresariado e a causa da natureza e do meio ambiente.” Ele é um apaixonado por essa causa. A situação do Rio dos Sinos o preocupa muito. “Cada um tem que ter noção da gravidade da situação do Planeta.”

Inspiração e sensibilidade

Nestor sempre foi um líder em todos os locais. Nunca se contentou com o pouco ou o pequeno. Ele sonhava e ia em busca daquele sonho. “O pai e a mãe nunca sentiram pena de nós. Se a gente precisava apanhar, levar uma chinelada, eles davam, porque queriam que a gente fosse bem na vida. Eles sempre deram força para a gente”, reconhece. Outra coisa que sempre o ajudou foi o apoio dos amigos. Quando morreu a sua mãe, ele usou essa morte não como uma tristeza. “Tenho ela como um exemplo e isso me transforma, me dá forças. Eu sinto até hoje a alegria que ela me passava e isso me motiva.”

Fé

Nestor não sabe explicar como é a sua fé, só sabe que ela é muito forte. “Sou católico pela minha família, mas não sou muito de ir na Igreja. Eu não deixo de rezar um dia. Agradeço por tudo o que me aconteceu durante o dia. Tenho uma segurança tão forte. Tudo o que acontece comigo, eu sei que Deus quis. Sou muito flexível pela fé que tenho. Tudo o que eu faço é movido pela fé.”

O dia “D”

Quando parou de caminhar, Nestor poderia ter dito “ah, minha vida acabou, não quero saber de mais nada”, porque ele conta que gostava de ir em bailes, em festas, namorar, jogar futebol. E, aos 17 anos, quando ia começar a vida, teve que sentar em uma cadeira de rodas. E isso aconteceu no dia das mães. “Eu parei de caminhar e me arrastava pelo chão, engatinhando com o apoio das mãos e dos joelhos, porque eu ainda não tinha cadeira de rodas. Minha mãe viu aquela cena e me abraçou bem forte, já começando a chorar. Ela disse ‘eu queria que Deus tirasse as minhas pernas e desse pra ti’. Aquilo chocou, mas eu não podia chorar, não podia mostrar pra ela que

eu estava triste. Daí eu disse: ‘Mãe, eu posso ter parado de caminhar, mas, a partir de hoje, eu garanto que a senhora vai ter um filho vencedor. Não vai ter barreira, nem desafios. Eu vou mostrar que vou ser alguém na vida’. A partir dali eu não tive mais limites. Todos os dias eram dias de glórias e vitórias. Enquanto eu respirar vou ser um lutador.”

Nestor escreveu uma carta para o presidente da República, que na época era o general Emílio Garrastazu Médici, pedindo uma cadeira de rodas e um colégio onde pudesse estudar e foi atendido. Foi quando começou a estudar no Pedrinho, em São Leopoldo, onde fez o segundo grau.

Talvez o maior desafio

Há 17 anos, Nestor teve um desvio na coluna de 144 graus. Sua coluna cervical começou a fechar, dificultando a passagem de sangue para o cérebro. Nestor desmaiava frequentemente, com falta de oxigenação no cérebro. Os médicos de vários estados examinaram e todos foram unânimes: não havia mais o que fazer, ele teria apenas mais dois anos de vida. “Eu olhei para o Velhinho lá em cima e disse ‘não, não é por aí, eu ainda não tenho minha missão cumprida, tenho muita coisa para fazer’. A fé sempre foi fundamental para mim. Ela é 95% do que me faz viver”, explica. Procurou um médico conhecido e pediu a ele que fizesse uma cirurgia para lhe salvar. “Eu garanto, pela minha fé. Eu assumi todos os riscos, porque sabia que não iria falhar.” O médico diz até hoje que jamais deveria ter atendido esse pedido, porque Nestor não tinha a mínima chance de sobreviver. Mas ele aceitou e fez, por ver tamanha fé que Nestor tinha. Foram feitas duas cirurgias em 60 dias, de sete horas cada. Na primeira, foram retiradas duas costelas e a coluna foi aberta. Na segunda, ele colocou duas hastes de ferro nas costas de Nestor, para a sustentação do corpo. “Isso travou ainda mais os meus movimentos e é pesado para me mexer. Mas me acos-



MAÍRA, FILHA DE NESTOR E MARLENE

tumei. Fiquei quase um ano engessado. Mas desanimar nunca. Quando tirei o gesso, pensei ‘agora começa uma nova vida’.”

ALDEF

Em 1985, Nestor fundou a Associação Leopoldense de Deficientes Físicos. Hoje, a Aldef tem 1800 deficientes cadastrados. Ele buscava apoio financeiro fora, mas em geral sempre tirou da renda da própria empresa para sustentar a Associação. Inclusive, construiu a sede da Aldef com recursos da sua empresa. Hoje, a instituição oferece cursos de informática, de artesanato, trabalha com a questão do transporte coletivo de deficientes, com colocações no mercado de trabalho, possui parcerias para qualificar o deficiente, luta por acessibilidade em escolas e empresas. Tudo o que se refere ao deficiente a Aldef acompanha: consegue cadeiras de roda, aparelhos auditivos e coisas do gênero. “Temos profissionais contratados com recursos da prefeitura, e temos vários voluntários. Oferecemos assessoria jurídica e psicológica. Não é difícil trabalhar com o deficiente. Ele não é baderneiro, não faz greve, ele

aceita tudo o que lhe é oferecido, porque pensa que é assim que deve ser. Eu cobro deles que eles têm que lutar mais, não podem se conformar com as coisas. O futuro do deficiente é a liderança, para ser independente. Para mim, vai ser a maior glória o dia em que eu fechar os meus olhos para sempre e saber que fiz a minha parte.”

Família

Nestor é casado há 17 anos com a Marlene, com quem teve uma filha, a Maíra, de 7 anos. “Ela mudou muito a minha vida. Me fez ficar mais caseiro. Os pais sempre querem que os filhos sejam o seu espelho. E eu gostaria que ela se identificasse com a minha luta. Sempre ensino a ela a importância de se relacionar bem com todos, de ter amigos. Peço que ela seja determinada, vá à luta do que quer. Estou dando a ela todas as oportunidades possíveis. Ela está na segunda série, e eu ajudo ela nos temas, acompanho, assim como a mãe. Queremos que ela brinque com outras crianças. A preocupação de que ela não se perca na vida é muito maior do que arrumar uma profissão do nosso gosto”, conta.

IHU Repórter

Leandro Lautert dos Santos

POR MÁRCIA JUNGES | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Funcionário do Unisinos Carreiras desde 2005, Leandro Lautert dos Santos é uma pessoa feliz com sua vida. Formado em Administração de Empresas, planeja fazer um pós ou MBA em gestão de pessoas. Tradicionalista desde o berço, como ele próprio se define, é tesoureiro do grupo de danças Ivi Maraé. Assistir TV e manter os vínculos afetivos com os amigos são duas de suas atividades favoritas. Conheça um pouco mais desse colega na entrevista a seguir.



Trabalho - Tenho 39 anos e estou há quatro como funcionário da Unisinos, sempre no Unisinos Carreiras,¹ antiga central de estágios. Trabalho nas atividades que envolvem os pagamentos de estagiários externos e demais atividades financeiras do setor. Estudei e me formei em janeiro de 2008 em Administração de Empresas aqui na Universidade, mas o que eu realmente queria era ter feito uma ênfase em Recursos Humanos, que é a área na qual tenho bastante conhecimento, experiência, e da qual gosto. Troquei de curso em função de iniciar a trabalhar aqui, por incompatibilidade de horários.

Quando trabalhava no Semae, em São Leopoldo, atuava com toda a parte de projetos, eventos e treinamentos. No Unisinos Carreiras, faço o

agendamento dos cursos que o setor proporciona aos alunos. Assim, estou bem dentro do meu foco. Também lido com a folha de pagamento dos estagiários de algumas empresas que nos contratam.

Estagiário - Antes de vir para a Unisinos, trabalhei, como disse, no Semae. Lá fui estagiário por seis anos e meio. Não havia uma lei que impedisse que os estágios durassem mais de dois anos por empresa, quando esta se comprometia a manter o estágio por mais tempo, e isso fez com que eu ficasse tanto tempo lá. Como era uma empresa pública e só se entrava com concurso, não tive a chance de tornar-me funcionário. De toda forma, foi um grande aprendizado, cheio de oportunidades que aproveitei da melhor maneira possível. Em 2004, fui escolhido o Funcionário do Ano, viajei para vários lugares no Brasil como membro da comissão do programa de qualidade. Não tive o cargo oficialmente, mas o tive de fato. Senti na pele que um estagiário não precisa fazer tarefas menores, mas pode atuar em funções

vitais dentro de uma empresa.

Vida acadêmica - Estou dando um tempo da vida acadêmica. Preciso me “desestressar”. Quero fazer uma pós ou MBA em gestão de pessoas e dar continuidade àquilo que eu gosto. Já pensei até em cursar Biologia, mas isso seria fugir demais ao caminho que eu já tracei até aqui. Meu caminho é esse, e fugir dele seria bem difícil.

Família - Sou natural de São Leopoldo. Minha infância foi bem tranquila, comum. Minha família é natural daqui, e está na cidade desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães na região. Mais tarde é que os Lautert tomaram outros rumos e foram para Taquari, onde moram vários dos meus parentes. Sou bastante interessado na genealogia dos Lautert, e eu mesmo fiz a árvore da família.

Sou acostumado com família grande. A da minha avó era de 21 irmãos. Eu, particularmente, tenho duas irmãs de sangue e um irmão adotivo, o Bruno, que tem 12 anos. Ele é nosso xodó. A chegada do Bruno em nossas vidas

¹ Unisinos Carreiras: setor da Unisinos cujo objetivo principal é proporcionar a ligação entre a academia e o mercado de trabalho. Desenvolve programas de colocação de alunos e profissionais formados através de estágios ou vagas qualificadas junto às empresas da região, auxiliando-os com o planejamento da carreira e orientando-os para as exigências do mercado. Para maiores informações, consulte www.unisinos.br/carreiras. (Nota da IHU On-Line)

aconteceu logo após um grande trauma pelo qual passamos. Era o ano de 1996, e em apenas uma semana perdemos três pessoas da família. Havíamos acabado de enterrar uma tia falecida de um problema cerebral. No dia em que aconteceu a reunião para realizar a partilha dos seus bens, ao sair da casa, aconteceu um grave acidente de trânsito. Nele, morreram mais uma tia e um primo meu. Aquilo foi demais para todos nós, sobretudo para minha mãe. Logo em seguida, decidimos adotar o Bruno. Ele ajudou-a a superar o abalo da perda, como a todos nós. Sou eu, basicamente, que educo o Bruno. Trato-o não só como irmão, mas como um filho pequeno. Como não sou casado, ele é a pessoa que está em casa me esperando, e que me faz companhia.

Infância - Sempre moramos na cidade. Quando pequeno, tinha várias amizades de escola, e na adolescência também fiz grandes amigos que mantenho até hoje. Essas pessoas são parte da minha vida e delas não me separo por nada desse mundo. Uma dessas pessoas é a Camila Valadas, colega de Unisinos, e seu esposo André, de quem sou padrinho de casamento. Aqui no trabalho, também tenho amigos excelentes, a quem quero muito bem. Tenho essa facilidade de criar vínculos que são duradouros. Apesar disso, não sou uma pessoa muito fácil de lidar. Mas, depois de perceber que a amizade é verdadeira, mantenho esse vínculo. Na juventude, gostava de jogar vôlei. Fui campeão municipal e regional representando empresas.

Dança - Sou tradicionalista desde o berço. Cheguei a ser peão regional participando de concursos no Estado. Atualmente, participo do Grupo de Arte Nativa Ivi Maraé há dez anos, desde a sua fundação. Ocupo a função de tesoureiro e também organizo os retiros do grupo. Já dançamos em campeonatos es-

taduais e fomos considerados o quinto melhor do Rio Grande do Sul, em 2007. Todos os anos, o Ivi Maraé participa do Encontro de Artes Tradicionais (Enart), em Santa Cruz do Sul, no mês de novembro. Atualmente, somos considerados o grupo oficial de São Leopoldo nessa categoria. As atividades culturais, os eventos, são algo com o que gosto de me envolver e pelos quais me interesso. O tradicionalismo é uma forma de cultura muito rica, e

“Não sou fanático. Acredito em Deus, e por acreditar nele em si as coisas já melhoraram. Já tive várias provas disso na minha vida, seja na vida pessoal, seja no trabalho”

que proporciona grande fonte de conhecimento para quem o vive diariamente, como é o meu caso.

TV e filmes - Sou fanático por televisão. Mas não gosto de assistir telejornais, porque só divulgam tragédias, não trazem coisas construtivas. Adoro o programa *O Aprendiz*; considero seu formato muito inteligente e não perco nenhum episódio. Imagino-me tomando aquelas decisões, participando do programa. Para quem vive o mundo dos negócios, tem tudo a ver. Também gosto de filmes que tenham um fundo emocional, do qual possamos extrair lições de vida. Nesse sentido, destaco *A corrente do bem* e *À procura da felicidade*, que assisti e me marcou muito. Não tenho tido muito tempo

para ler. O último livro que li foi *Barack Obama – A origem dos meus sonhos*, no qual ele revela a sua história e a de sua família, e a forma como ele encara o mundo.

Espiritualidade - Sou filho de uma família evangélica pentecostal, mas não frequento a igreja. Entretanto, tenho um grande laço de espiritualidade, pois, lá em casa, todos cantamos. Até as músicas que ouço no meu MP3 são evangélicas, gospel. Nos últimos anos, mudei muito, tornei-me mais humano. Atribuo isso ao desenvolvimento da minha espiritualidade. Não sou fanático. Acredito em Deus, e por acreditar nele em si as coisas já melhoram. Já tive várias provas disso na minha vida, seja na vida pessoal, seja no trabalho. Hoje, tenho alegria em acordar e vir trabalhar. Estou muito feliz. Até as plantas na minha casa adquiriram viço. O ambiente mudou. Penso que o grande Deus é aquele que vive dentro de nós, e que nos move a agir e sermos alguém melhor.

Unisinos - Adoro trabalhar na Unisinos. Passo muito tempo aqui e faço isso com prazer. O ambiente de trabalho é bom. Temos várias propostas de mudança dentro do Unisinos Carreira, o que é estimulante. Entrei aqui como aluno, em 1999, então sou um “filho da Unisinos”. Não consigo me ver fora daqui. Propostas existem em vários lugares, mas penso que vale a pena trabalhar onde nos sentimos bem, felizes. O que falta no câmpus são mais opções de lazer. Isso porque é natural que canalizemos vários momentos livres do dia na universidade, em horários de intervalo. É nessas horas que faltam alternativas para aproveitarmos o tempo nos divertindo.

Instituto Humanitas Unisinos - Acompanho a revista. É um veículo sério, que traz muitas informações importantes, não encontradas em outras publicações.

Destaques



Malthus e Ricardo: duas visões de economia política

Realizar uma discussão sistemática sobre economia e política relacionada a autores clássicos e contemporâneos da economia, desenvolvendo assim uma visão da economia clássica e suas implicações no cotidiano, é um dos objetivos do **Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia**. *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* é o tema de discussão do segundo tópico do Ciclo, que inicia em 04-05-2009 e encerra no dia 23-05-2009, e analisa as obras do economista britânico Thomas Robert Malthus (1766-1834) e de um dos representantes da economia política clássica, David Ricardo (1772-1823). Ao longo do ano, serão debatidos mais dois tópicos de estudo no primeiro semestre, e quatro no segundo semestre de 2009. Outras informações podem ser obtidas na página eletrônica do IHU (www.unisinos.br/ihu).

A identidade virtual nos blogs

No próximo dia 7 de maio, quinta-feira, o tema: “Igualzinho a mim, só que melhor” – A identidade virtual nos blogs será debatido durante o evento **IHU Ideias**, promovido pelo IHU, das 17h30min às 19h. A palestrante será a Prof. Dra. Suely Fragoso, do PPG em Comunicação da Unisinos. O assunto que ela desenvolverá foi tema da edição passada da revista **IHU On-Line** número 290, intitulada *Twitter, Facebook, My Space e Orkut. As redes sociais na web*.



A função social da posse



Na quinta-feira, dia 7 de maio, o Prof. Dr. **Jacques Távora Alfonsín**, coordenador da ONG Acesso — Cidadania e Direitos Humanos e integrante da Rede Nacional de Advogados Populares — Renap, estará apresentando o tema: “A função social da posse. Um lugar para o povo pobre nas cidades”

durante o evento **IHU em Movimento — Direito em Debate**, realizado em parceria com o DA do curso de Direito, no Auditório Maurício Berni da Unisinos. Em breves palavras, Alfonsín adianta o tema aos leitores e às leitoras da **IHU On-Line**: “Existe uma histórica polêmica entre os juristas sobre se a posse de uma determinada coisa é puro poder de fato ou se chega a ser direito. A esmagadora maioria deles afirma que é somente poder de fato. Na minha intervenção, pretendo sustentar que, pelo menos no caso de ela sujeitar um espaço físico indispensável de moradia (terra de favela, por exemplo), ela pode e deve, sim, ser respeitada como direito”.

Apoio:

